

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Foco errado no setor elétrico.....	3
Título: O inferno astral da Vale	5
Título: Bolsonaro em busca de um discurso responsável sobre o meio ambiente.....	5
Título: Mortos passam de 30 em Brumadinho	6
Título: ‘Há um culpado ou mais de um’, diz Raquel Dodge	8
Título: Governo recomenda vistoria em todas as barragens	9
Título: Primeira vítima identificada.....	10
Título: Pousada some do mapa	11
Título: Histórias soterradas	13
Título: Ônibus é achado sob escombros, sem sobreviventes	15
Título: Ibama multa Vale em R\$ 250 milhões	16
Título: O Rio que não passa no desafio dos 10 anos.....	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Indústria do perdão	18
Título: Tiroteio.....	19
Título: Brasil na lama e em ruínas	20
Título: As tragédias permitidas	21
Título: O Rio de Janeiro vai virar o jogo	23
Título: Renegociação de Itaipu pode elevar conta de luz	25
Título: Nota da Vale pode cair vários degraus, diz S&P	27
Título: Mortos em tragédia de MG sobem para 34; 256 estão desaparecidos	29
Título: Socorristas e familiares comemoram notícia de localização de sobreviventes.....	32

Título: Projeto que endurece regras para barragens não avança em MG.....	34
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	36
Título: » Força.....	36
Título: » Conta.....	36
Título: No mercado de petróleo não tem doutor	37
Título: Apetite das empresas acaba na falta de regras adequadas e licitações.....	38
Título: Mortos chegam a 34; barragem com água preocupa autoridades	40
Título: Justiça bloqueia R\$ 5 bilhões da Vale	41
Título: Após sobrevoo, Bolsonaro diz que Israel vai auxiliar nas buscas	42
Título: Governo quer mudar regra de licenciamento e vistoriar barragens	43
Título: 'Meio ambiente não é zoeira de esquerda', afirma FHC	45
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	46
Título: Busca por vítimas e por responsáveis.....	46
Título: Agonia de espera e dúvida.....	48
Título: Trabalho de resgate é extenuante e lento.....	51
Título: Punição e novas vistorias	52
Título: ENTREVISTA / Antônio Souza Prudente	54
Título: Alertas ficaram sem resposta	57
Título: "Aposentadoria" pode ter sido gatilho	58
Título: GDF envia ajuda para as buscas.....	60
Título: Roubo em oleodutos dispara no país	61
Título: Postos a serviço do crime	63
Título: Em Brasília, tubulações provocam apreensão	64
Título: O crime de Brumadinho.....	66
Título: Inconstitucionalidade da taxa de fiscalização de recursos minerários.....	67
Título: Chavismo em xeque.....	69
Título: Petróleo e economia, receitas do desastre	71

VEÍCULO: O Globo**Data: 27/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Frente Contra O Meio Ambiente É Grande**

A tragédia de Brumadinho mostra como é entronizado na mineração e em outros setores da sociedade certo desdém com a questão ambiental. Com seu jeito "deixa que eu chuto", Bolsonaro apenas reflete o que muita gente não tem coragem de dizer.

VEÍCULO: O Globo**Data: 27/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: Foco errado no setor elétrico**

Em uma cruzada pela finalização da usina nuclear de Angra 3, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** divulgou nota na última terça-feira para contrariar a lógica: disse que não haverá impacto para o consumidor com o aumento do preço de referência do projeto, que dobrou de R\$ 240 para R\$ 480 o MWh.

Segundo o MME, o texto desta coluna no domingo passado, sob o título "Segurança nacional", estava equivocado e fazia uma análise "superficial" do tema pois ignorava a complexidade do sistema elétrico. O problema é que no setor há quem diga exatamente o contrário. Diversas associações já se manifestaram contra a retomada do projeto, com cálculos entre 2% e 3% de aumento na tarifa. O efeito real, na verdade, é incerto, porque a usina precisará de mais R\$ 15 bilhões de investimentos — além dos R\$ 15 bi que já foram gastos — e só ficará pronta em 2026, no melhor cenário.

A obra começou nos anos 80, foi interrompida diversas vezes e tem um histórico de atrasos. Nada garante que desta vez será diferente. A maior justificativa para a conclusão do projeto não parece ser a segurança energética, porque nesse período outras fontes de energia "firme", como gás natural, poderiam entrar no sistema a custos mais baixos, entre R\$ 160 e R\$ 220.

Além de Angra 3, o MME já fala na construção de mais oito usinas nucleares. Com as reservas de gás do pré-sal praticamente inexploradas e o monopólio da Petrobras no setor ainda a ser quebrado, o que parece equivocado é o foco na fonte nuclear.

ATRASOS PASSAM EM BRANCO

Outro ponto polêmico da construção de Angra 3 é que os atrasos na obra não sofrem punição pela agência reguladora (Aneel). As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, por exemplo, foram penalizadas porque não entregaram a tempo a energia contratada. Já com Angra 3 isso não acontece. "Há um tratamento diferenciado porque o poder concedente é sócio da usina. Houve erros de gestão, mas quem pagará a conta será o consumidor.

O pior é que a Eletrobras tem ações em bolsa. Quando o preço de R\$ 480 foi autorizado, as ações dispararam. Isso é transferência de renda para o acionista privado", disse um especialista na área.

MUITO MAIS AGÁS

Os R\$ 30 bilhões que podem ser gastos na construção de Angra 3 financiariam 8 GW de termelétricas a gás natural, seis vezes mais que a usina. O MME argumenta que a energia nuclear não polui, ao contrário da queima de gás. É verdade, mas desde que não ocorram acidentes como o de Fukushima.

PRIVATIZAÇÃO NA PAUTA

O presidente da Eletrobras conta que até fevereiro deve ter uma posição final sobre o projeto de aumento de capital da companhia. Wilson Ferreira Júnior tem conversado com o MME. A proposta, que tornará o governo minoritário, é fundamental para que a empresa recupere o fôlego financeiro. A gestão do executivo reduziu o endividamento para 3,3 vezes a geração de caixa operacional, relação que já foi de 13 vezes em 2014. Mas sem a oferta de ações, a Eletrobras só terá para investir algo como R\$ 3 bilhões ao ano. Para manter sua participação de mercado, o investimento terá que chegar a R\$ 12 bi, em média.

DANÇANDO NA CHUVA

Com o volume de chuvas abaixo da média histórica em janeiro, o preço da energia quase dobrou no mercado livre de curto prazo, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Saltou de R\$ 178 o MW/h para R\$ 337 no Sudeste/Centro-Oeste.

O nível de água dos reservatórios nesse sistema estava em 27% na última quinta-feira, menor que os 30% do mesmo período do ano passado. Para a consultoria Thymos, o ano começou com desafios para o setor elétrico. "As chuvas não estão vindo como esperado e já em fevereiro podemos ter bandeira amarela na conta de luz", afirmou Sami Grynwald, gerente da consultoria.

À FRENTE DO PIB

O consumo de gás natural na indústria cresce bem mais rápido que o PIB. Em 2018, até novembro, as fábricas consumiram 4,5% a mais que um ano antes. Já o avanço da economia ano passado ficou em torno de 1,3%. A Abegás divulga a pesquisa completa esta semana.

Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)

A colunista está de férias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Lauro Jardim

Título: O inferno astral da Vale

GOVERNO

A Vale, agora às voltas com um novo desastre ambiental, caminha para ter mais dor de cabeça na tragédia de Mariana. Em novembro, o escritório de advocacia britânico SPG entrou com uma ação indenizatória contra a BHP (sócia da Vale na Samarco), em Londres. Representa 200 mil vítimas, as prefeituras de 24 cidades capixabas e mineiras, além do governo de Minas Gerais e da Arquidiocese de Mariana. Estima-se que os pedidos na ação possam alcançar 25 milhões de libras. O SPG sabe onde está se metendo. Já venceu uma briga gigante contra a BP, protagonista de um vazamento numa de suas plataformas de petróleo no Golfo do México em 2010. Apesar de o processo ser contra a BHP, se ele for bem-sucedido para os autores vai respingar na Vale.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/01/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Bolsonaro em busca de um discurso responsável sobre o meio ambiente

À medida que desce do palanque, presidente procura ponto de equilíbrio acerca do assunto

Na noite de terça-feira passada, em Davos, quando fez seu pronunciamento no Fórum Mundial, o presidente Jair Bolsonaro, à saída do jantar oferecido pelo presidente do encontro, Klaus Schwab, foi perguntado pelo jornal "Valor Econômico" se o Brasil ficará no Acordo de Paris. "Por ora", foi a resposta. No seu discurso, mais cedo, o presidente defendera a compatibilização entre

atividades produtivas e a preservação do meio ambiente, algo desejável e possível.

Neste contexto, a resposta meio evasiva do presidente significou um avanço em relação à campanha, quando dissera que retiraria o país do pacto multilateral. Outra mudança de postura para melhor ocorreu em relação ao destino do Ministério do Meio Ambiente, que se tornaria um apêndice da Agricultura, mas foi mantido independente.

O fato é que o Brasil só tem a ganhar na preservação ambiental. Pois assim evitará sanções no comércio exterior a suas commodities agropecuárias, em que tem poucos concorrentes. Conquistou posições de liderança na soja e em carnes, e precisa proteger essas exportações de barreiras criadas como retaliação ao desmatamento. O próprio presidente, ao mostrar no discurso que o país usa, em termos relativos, pequena extensão de terras na sua agropecuária, e que cresce mais em função dos avanços de produtividade, deu a entender que reconhece não ser necessário desmatar a Amazônia para elevar a produção. E é fato.

O Brasil tem vantagens na busca por uma economia de baixo carbono. Apesar do aumento do uso de termelétricas a óleo, mantém uma matriz energética das mais limpas do mundo. Enquanto amplia o parque eólico no Nordeste. Não faz sentido, até por estratégia de política externa, jogar fora esta vantagem.

Há, ainda, o aspecto científico. A contaminação ideológica dos debates sobre o aquecimento global transforma o assunto em fonte de inspiração de grandes conspirações ilusórias. Mas não é mais possível negar provas científicas das mudanças no clima. Com o da interferência da Humanidade no atual ciclo de aquecimento, por meio de atividades que geram perigosas emissões de carbono.

Sair do Acordo de Paris, como os EUA de Trump, seria isolar-se na comunidade mundial. O poder dos americanos os torna atores de peso no jogo diplomático, em qualquer circunstância. Não é o caso do Brasil, parece entender Bolsonaro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/01/2019

Seção: O País

Autor: Ana Lucia Azevedo, Cleide Carvalho, Camila Bastos*, Eliane Oliveira E João Sorima Neto Fotos Márcia Foletto E Daniel Marengo Brumadinho, Brasília E São Paulo

Título: Mortos passam de 30 em Brumadinho

Equipes do Corpo de Bombeiros continuam a busca por 296 desaparecidos após desastre em barragem da Vale. Espessura da lama e a chuva dificultam o trabalho. Presidente Jair Bolsonaro sobrevoou a região e Polícia Federal vai investigar o caso

No segundo dia de buscas por vítimas do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), o número de mortos chegou a 34, enquanto 296 pessoas continuam desaparecidas. Os bombeiros conseguiram resgatar 46 vítimas com vida, sendo que 23 estão internadas em hospitais da região e de Belo Horizonte. A Polícia Federal (PF) abriu um inquérito para apurar as causas e as responsabilidades pela tragédia. A investigação será conduzida pela Superintendência da PF em Belo Horizonte.

Inicialmente, havia quatro pontos de buscas onde os bombeiros acreditavam que poderia haver sobreviventes. Em um deles, um ônibus soterrado, os ocupantes — todos funcionários da Vale — foram encontrados mortos. Restam ainda três desses pontos de resgate com possíveis sobreviventes: uma locomotiva, parte de um prédio que desabou e a região de uma comunidade em Parque das Cachoeiras.

O Comandante do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, Coronel Edgard Estevo, informou que o trabalho de buscas deve se prolongar por semanas e foi prejudicado ontem pela forte chuva.

Ao contrário do acidente em Mariana — onde, há três anos, as águas do Rio Doce deixavam a lama mais fluida — em Brumadinho o barro é espesso e pastoso, dificultando ainda mais a localização das vítimas.

A equipe de voluntários do grupo Anjos do Asfalto que participa do resgate diz que, embora a quantidade de lama seja menor que a de Mariana, as condições são mais difíceis e perigosas e que parte das vítimas pode nunca ser encontrada.

AJUDA DE ISRAEL

O presidente Jair Bolsonaro sobrevoou ontem a região de Brumadinho. Ao retornar a Brasília, Bolsonaro disse que "pode aumentar muito o número de mortos".

— Daqui para frente o trabalho é basicamente busca de desaparecidos, infelizmente, pode aumentar muito o número de mortos — disse.

O Palácio do Planalto também informou que o governo de Israel ofereceu ajuda, com o envio de uma aeronave equipada para a realização de resgates. Bolsonaro conversou por telefone com o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu.

O mar de lama que desceu a Serra dos Dois Irmãos pode ganhar uma proporção ainda maior se os detritos não forem amortecidos na barragem da hidrelétrica de Retiro Baixo, a mais de 200 quilômetros do ponto de rompimento, e alcançarem a Represa de Três Marias, no Rio São Francisco.

— Os detritos já atingiram uma área importante de Mata Atlântica muito próxima à Vale. Ainda não se pode avaliar os danos provocados, mas muitos animais silvestres morreram soterrados e a vegetação foi destruída. Agora, a lama segue pelo rio Paraopeba e a expectativa é que seja contida pela barragem da usina de Retiro Baixo. Caso isso não aconteça, a lama pode chegar ao São Francisco—avalia Maria Dalce Ricas, superintendente-executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda).

Em nota, a estatal Furnas, que opera a usina, informou que já retomou as operações das duas turbinas de sua hidrelétrica Retiro Baixo, que haviam sido paralisadas para evitar que a lama pudesse comprometer a estrutura das turbinas. Segundo a estatal, a atividade foi retomada porque os rejeitos se deslocam lentamente e só devem chegar à usina na terça-feira. Por ser uma lama muito densa, técnicos da hidrelétrica avaliaram que a possibilidade desses detritos chegarem ao rio São Francisco diminuiu.

O boato de que uma outra barragem teria rompido, assustou moradores ontem pela manhã. A Vale informou que monitora a estabilidade da Barragem 6 a cada hora e realiza drenagem com o uso de bombas. (*especial para o GLOBO)

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/01/2019

Seção: O País

Autor: Aguirre Talento E Patrik Camporez

Título: 'Há um culpado ou mais de um', diz Raquel Dodge

Procuradora-geral da República vai a Brumadinho e determina criação de força-tarefa para apurar as causas do rompimento

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, esteve ontem em Brumadinho, onde sobrevoou a área atingida pelo rompimento da barragem. Ela afirmou que os órgãos de investigação estão atuando "na busca dos responsáveis por essa tragédia".

— Certamente, há um culpado ou mais de um culpado. O Ministério Público precisa trabalhar de uma forma adequada, sem espetacularização, mas firmemente na busca dos responsáveis por essa tragédia — afirmou a procuradora-geral.

Dodge se reuniu com integrantes do Ministério Público mineiro, para discutir as providências que serão tomadas no caso. Questionada sobre os responsáveis pela tragédia, ela respondeu:

— As informações são muito prematuras para que identifiquemos quem são os responsáveis, mas o nosso dever é de caminhar nesse modo. Não queremos interromper a economia dos municípios, os empregos, mas é preciso que as atividades econômicas sejam empreendidas com segurança.

No fim da sua visita, Dodge determinou a criação de uma força-tarefa para apurar o caso, com a participação de representantes do Ministério Público Federal, do Ministério Público de Minas Gerais e da Defensoria Pública da União. Os nomes dos membros que vão integrar o grupo ainda serão escolhidos.

FUX COBRA ATUAÇÃO CÉLERE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) em exercício, ministro Luiz Fux, também se manifestou sobre a tragédia em Minas Gerais. Por meio de nota, ele pediu empenho do Poder Judiciário para dar uma "resposta efetiva" à população e cobrou atuação "célere" dos órgãos de investigação. "O presidente do STF espera a apuração das responsabilidades em tempo célere, para que o Judiciário possa dar a essa população desvalida uma resposta judicial efetiva de tutela da vida humana e do meio ambiente, valores consagrados na Constituição", diz o texto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/01/2019

Seção: O País

Autor: Aguirre Talento, Eliane Oliveira E Patrik Camporez

Título: Governo recomenda vistoria em todas as barragens

Advogado-geral da União responsabiliza Vale pela tragédia; procuradora-geral da República determina criação de força-tarefa

Após reunião no Palácio do Planalto, o gabinete de crise instalado para monitorar os danos causados pelo rompimento da barragem de Brumadinho (MG), decidiu recomendar uma vistoria em todas as barragens do país e a realização de mudanças no protocolo de segurança dessas estruturas. O advogado-geral da União, André Mendonça, responsabilizou a Vale pela tragédia.

— Há uma responsabilidade pelo que aconteceu. A responsável por isso, pelo risco do próprio negócio, é a empresa Vale. Há uma reincidência e, ainda que

haja espaço para alguma negociação, não pode ser com os mesmos parâmetros — afirmou.

Já a notícia sobre a vistoria das barragens de todo o país foi dada pelo ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno. Ele não soube dizer qual o estado das barragens e que tipo de mudanças devem ser feitas na legislação em vigor.

Heleno negou que o governo, por causa do que aconteceu em Brumadinho, voltará atrás em sua proposta de flexibilização do licenciamento ambiental.

— Flexibilizar, para que algumas obras saiam do papel não significa afrouxar.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, esteve ontem em Brumadinho, onde sobrevoou a área atingida pelo rompimento da barragem. Ela afirmou que os órgãos de investigação estão atuando "na busca dos responsáveis por essa tragédia".

— Certamente, há um culpado ou mais de um culpado. O Ministério Público precisa trabalhar de uma forma adequada, sem espetacularização, mas firmemente na busca dos responsáveis.

Dodge determinou a criação de uma força-tarefa para apurar o caso, com a participação de representantes do Ministério Público Federal, do Ministério Público de Minas Gerais e da Defensoria Pública da União.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) em exercício, ministro Luiz Fux, também se manifestou sobre a tragédia em Minas Gerais. Por meio de nota, ele pediu empenho do Poder Judiciário para dar uma "resposta efetiva" à população e cobrou atuação "célere" dos órgãos de investigação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/01/2019

Seção: O País

Autor: Daniela Kalicheski E Gustavo Cunha Rio

Título: Primeira vítima identificada

Médica fez 35 anos um dia antes

Primeira vítima identificada no rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, Marcelle Porto Cangussu, de 35 anos, era médica com especialização em medicina do trabalho e trabalhava há cerca de cinco anos na Vale. O corpo foi reconhecido através das impressões digitais. Até a noite de ontem, outros oito de 34 mortos haviam sido identificados. Única profissional

da área no local, Marcelle estava em horário de almoço, no próprio lugar onde dava expediente, quando a tragédia aconteceu.

Mirelle Porto, mãe da vítima, relatou ao GLOBO que, na noite anterior ao rompimento da barragem, a família comemorou o aniversário de Marcelle, que completou 35 anos na última quinta-feira.

— No dia 24 de janeiro, ficamos com ela até meia-noite. No dia seguinte, às 7h30m, ela já estava no trabalho. A ideia era continuar as comemorações pelo aniversário com os amigos dela na noite de sexta-feira— contou. — Minha filha era agraciada em todos os sentidos. Orgulhava-se demais do trabalho, desdobrava-se em horários e plantões longos. Às vezes, entrava às 7h e saía às 20h. Era uma pessoa brilhante. Passou em terceiro lugar no vestibular da UFMG, onde cursou a faculdade. Morreu feliz, com certeza, trabalhando no que sempre desejou.

Larissa Porto, irmã de Marcelle, ressaltou que a maior preocupação da família se relacionava com o fato de ela dirigir diariamente cerca de 25 quilômetros para ir ao local de trabalho, já que morava em Belo Horizonte.

— Até onde sei, ela nunca demonstrou se preocupar com insegurança no trabalho. Nossa família se preocupava, sim, com o fato de ela pegar a estrada para ir para lá, mas nunca sobre estar trabalhando no local com medo de rompimento —ressaltou.

—Ela era muito linda e cheia de vida, além de apaixonada por medicina e por seu trabalho.

O comandante do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, coronel Edgard Estevo, informou ontem que quase 300 pessoas ainda estavam desaparecidas em Brumadinho. Ele afirmou que as buscas devem se prolongar por semanas. Há quatro pontos onde os bombeiros acreditam que pode haver sobreviventes: numa locomotiva, num ônibus, na parte de um prédio que desabou e numa comunidade em Parque das Cachoeiras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/01/2019

Seção: O País

Autor: Ana Lúcia Azevedo Enviada Especial Brumadinho (Mg)

Título: Pousada some do mapa

Desde a tarde da última sexta-feira, Lediane Paula, de 24 anos, vaga pelas ruas do vilarejo de Córrego do Feijão, em Brumadinho. Passou a madrugada assim. Veio a manhã e ela estava exausta, mas seguia. Parava apenas para enxugar as

lágrimas e perguntar a qualquer um na rua se por acaso tinha ouvido notícias de Cristina de Paula, sua mãe, de 37 anos, que a teve quando era ainda uma menina.

A mãe trabalhava na pousada Nova Estância, sepultada pelo mar de lama. Frequentada por celebridades, era uma das mais sofisticadas entre as opções de hospedagem da região. Servia de base para visitantes do parque de Inhotim, que fica a 18 quilômetros do local onde ficava a pousada.

Três pessoas que estavam na pousada foram resgatadas com vida, mas pelo menos cinco hóspedes permaneciam desaparecidos ontem, além dos proprietários e um filho deles.

O dono da pousada é o empresário Márcio Mascarenhas. Ele estava com a mulher, Cleo, e o filho Márcio no local no momento do acidente. Nas redes sociais, amigos e parentes postaram mensagem de luto. O Corpo de Bombeiros não informou se os três estão entre os mortos.

VISTAS DE FAMOSOS

Ontem, moradores da região se espantavam ao constatar que o espaço não existe mais, encoberto pelo rastro dos rejeitos da barragem. O desaparecimento da pousada virou mais um símbolo da tragédia. Localizada numa várzea à beira do Córrego do Feijão, a pousada ficava junto a uma estrada que leva a Inhotim, o parque com obras de arte que atrai muitos turistas. Cercada de árvores, era o lugar mais pitoresco do povoado. Agora, há ali apenas lama.

O local era destino de famosos, cujas visitas eram registradas nas redes sociais pelos administradores da pousada. Passaram pela pousada celebridades como o cantor Caetano Veloso, o ator Marcos Veras, o humorista Marcelo Madureira, o ex-jogador de futebol Raí e os jornalistas Sandra Annenberg e Ernesto Paglia.

Antigos hóspedes recorreram às redes sociais ontem para deixar mensagens de pesar pela tragédia no perfil da pousada.

Em sua busca, Lediane perguntava também pelo cunhado Reinaldo e a melhor amiga, Diomar. Todos desaparecidos sob a lama. Amigos abraçavam Lediane, mas também nada sabiam. Choravam juntos. Parentes e moradores se acotovelavam num posto montado pela mineradora Vale em busca de notícias.

—mPerdi meu mundo — lamentou Lediane. (Com informações do G1)

VEÍCULO: O Globo**Data: 27/01/2019****Seção: O País****Autor: Ana Lúcia Azevedo Enviada Especial Brumadinho, Mg****Título: Histórias soterradas**

Moradores buscam vida sob a lama

À beira do mar de lama de rejeito de mineração da Vale em Córrego do Feijão, em Brumadinho, uma placa ainda informa que naquele sítio se vendia duas tradições mineiras, queijo e quiabo. Ali viviam Davis de Almeida, de 23 anos, e sua mulher, Adriana Pereira Alves, de 19. O lar e suas tradições em nada se distinguiram de outras tantas pelas Gerais afora. Agora, mergulhada na lama, rachada pelo rejeito e com as árvores do quintal destroçadas, a casa se irmana às engolidas pelo desastre de Mariana. Com vista para a paisagem desolada em que o gado ainda agoniza, Córrego do Feijão se tornou uma nova Bento Rodrigues, o distrito onde vivia a maioria das vítimas de Mariana: um monumento aos desastres de mineração.

Davis mal olha para a casa. Na manhã de ontem, procurava por alguns objetos e documentos que não tivessem sido destruídos. Sua maior preocupação é Adriana. Sozinha em casa na hora do almoço, quando a onda de lama chegou, ela não teve tempo de escapar. Suas pernas foram esmagadas pelo rejeito. Mas, "por milagre", diz o marido, foi resgatada com vida e agora está internada num hospital.

Da casa e do lugar onde existia nada sobrou. Embora de dimensão menor que o vazamento da Barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana, a onda de lama arrasou a parte mais baixa do distrito de Córrego do Feijão. E reproduziu o pesadelo em que os moradores de Bento mergulharam há três anos e dois meses, sem fim à vista ou punição para os culpados. Como em Bento, os moradores do Feijão passaram a noite às escuras, desabrigados e sem informações. O dia amanheceu e só expôs com mais clareza as dimensões da desgraça.

— Nosso povoado dependia da mineração e foi destruído pela mineração. Para nós, é uma perda completa. Não sabemos como vai ser nosso futuro — afirma Sandra Gonçalves, de 43 anos, que trabalha numa mineradora e perdeu parentes na tragédia.

O SOM DO DESASTRE

A filha dela, Karolainy Stefan, de 21 anos, diz que o distrito sequer sabe quantos de seus habitantes morreram ou ficaram feridos:

— Aqui todo mundo se conhece, mas agora ninguém sabe mais de nada. Ninguém nos informa nada. Estamos sem água. Não tínhamos a menor ideia do risco que corríamos. Não soaram nem sirene para nos avisar. É como se a vida da gente não valesse nada — afirma Karolainy.

Para uns, a onda de lama chegou com o barulho de um trem descarrilhando. Para outros, o estrondo de caminhões tombando. Para Wesleyane Paloma, de 26 anos, não tinha som de nada. Lembra só do relógio marcar 12h20m e do marido Luciano Horta, de 29 anos, e o cunhado a arrastarem com o filho Gabriel, de 7 meses, para uma parte alta do vilarejo. Com o filho no colo, Wesleyane espera por notícias em frente da igreja transformada em posto de equipes de resgate:

— Ninguém nos dá informações. Recorremos às redes sociais e aos jornais. Nos ignoram. A gente já não confiava muito e agora perdeu completamente qualquer fé nas autoridades e na Vale. Escondem de nós informações.

A lagoa da qual os moradores se orgulhavam está no fundo do mar de lama, assim como as casas da parte baixa, a estrada para Inhotim e o futuro do distrito. Está na lama o sonho do casal Anderson Santos, de 48 anos, e Patrícia Cunha, de 56, uma casa de veraneio.

— Você não imagina como isso aqui era lindo. Era o nosso paraíso.

Agora, mergulharam num pesadelo. Conhecem muitos dos desaparecidos. E não sabem em que ponto do mar de lama sua casa de apenas cinco meses está. A onda de rejeitos segue seu rumo para o Paraopeba. E de lá, como o rejeito da Samarco fez com o Rio Doce, poderá chegar ao São Francisco, o maior rio totalmente brasileiro.

RUMORES TRAZEM MEDO

A falta de informação também acentuava a angústia da menina Ester Ribeiro de Assis, de 14 anos. Sua mãe não aguentou mais esperar no ponto de abrigo no centro de Córrego do Feijão e agora está desesperada com medo que nova barragem estoure. Ester espera notícias da tia Angelita, enfermeira que trabalhava na Vale, da Rosélia, amiga que estava no restaurante da mineradora e da amiga Laís, na pousada Nova Estância.

— Ninguém nos dá informação. Estamos abandonados — reclamou.

Os rumores de que uma barragem de água do Complexo Paraopeba, da Vale, possa estourar deixa os moradores do Córrego do Feijão mais apreensivos. Ela fica acima da barragem rompida e o temor é que a estrutura tenha sido afetada. Sem luz e telefone, eles não sabem o que fazer, diz Cesáreo Lima, de Parque

Cachoeira, povoado com ruas inteiras soterradas. O mesmo ocorre no vizinho Tejuco.

Em meio ao desamparo geral, a tragédia também faz surgir histórias de solidariedade. O dia ainda nem tinha amanhecido, ontem, e os voluntários da Cruz Vermelha Duda Salgueiro e Daniel Duarte já recomçavam o trabalho de buscas pelos desaparecidos do rompimento das barragens de Córrego do Feijão.

Os dois são de Mariana e correram para Brumadinho assim que souberam da tragédia. Além de prestar o apoio de quem sobreviveu ao desastre de 2015, procuravam também por amigos. Entre os funcionários da Vale desaparecidos na lama estão quatro rapazes de Mariana que arrumaram emprego na mina de Córrego do Feijão depois que o rompimento da Barragem de Fundão, da Samarco, os deixou sem trabalho.

— Agora tememos que tenham perdido a vida — diz Daniel.

Duda ainda não consegue entender como tudo pode se repetir. Em 2015, conta, ela trabalhou dias sem parar em estado de transe após a tragédia, e perdeu cinco quilos. Hoje, em choque mais uma vez, se diz presa num pesadelo.

— Tenho medo de que nunca mais o país saia da lama. Como puderam deixar isso acontecer?.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/01/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Ônibus é achado sob escombros, sem sobreviventes

Não estamos atrás de corpos. Estamos atrás de pessoas que possam estar ilhadas", diz comandante das buscas

Um ônibus com funcionários da Vale foi encontrado ontem pelas equipes de resgate sob a lama. O veículo era uma das esperanças dos Bombeiros de haver sobreviventes nos escombros, mas todos estavam mortos. Segundo o porta-voz do Corpo de Bombeiros, Pedro Aihara, o ônibus estava perto da barragem rompida. Pelo horário do acidente, uma das possibilidades é de que o veículo estivesse levando os funcionários para almoçar. A equipe de resgate precisará de equipamento especial para a retirada do veículo soterrado.

— Como é um local de difícil acesso e precisamos de um maquinário especial para acessar essa estrutura e retirar essas vítimas, ainda não fechamos o

número de óbitos. Mas esse número de óbitos, ele irá aumentar — ressaltou o porta-voz dos Bombeiros.

Além do ônibus, a expectativa de encontrar sobreviventes se concentrava em outros três pontos: uma locomotiva que também ficou soterrada, a parte de um prédio que desabou e uma comunidade no bairro de Parque das Cachoeiras.

Durante o dia de ontem foram encontradas três pessoas vivas sob os escombros, segundo informou o coronel Godinho, comandante das buscas:

— Não estamos atrás de corpos. Estamos atrás de pessoas que possam estar ilhadas. Hoje encontramos três sobreviventes e amanhã podem ser mais três.

O comandante disse que na tarde de ontem a chuva forte interrompeu as buscas por cerca de 50 minutos. O militar afirmou que os trabalhos continuam durante a noite e serão feitos por especialistas em alagamentos e rompimentos de barragens. Godinho afirmou que as pessoas desaparecidas são funcionários da Vale ou terceirizados.

Em bairros atingidos como Parque das Cachoeiras, porém, houve famílias ficaram ilhadas, sem contato por telefone ou sinal de internet, e aguardavam para serem resgatadas. Também por isso, ainda é impreciso o número total de desaparecidos.

A Vale divulgou na manhã de ontem uma lista com nome de funcionários que trabalhavam no complexo da empresa em Brumadinho e com os quais não havia sido possível fazer contato. A lista foi sendo atualizada ao longo do dia e, no início da noite, estava em 251 o número de pessoas ainda não localizadas.

Ontem, as buscas por helicóptero foram suspensas pela Polícia Civil às 17h30. Depois desse horário, as aeronaves sobrevoaram apenas áreas de interesse, que são aquelas onde os corpos podem ser encontrados.

As Forças Armadas também estão participando do resgate. O Comando Militar do Leste (CML) informou que militares das Forças atuam com um helicóptero para reconhecimento aéreo e equipamentos móveis de telecomunicação — como telefones por satélite e rastreadores via satélite.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/01/2019

Seção: O País

Autor: Camila Bastos* Brumadinho (Mg)

Título: Ibama multa Vale em R\$ 250 milhões

Justiça bloqueia R\$ 6 milhões de mineradora

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou ontem que o Ibama vai aplicar uma multa de R\$ 250 milhões à mineradora Vale. Salles disse que não há, por parte do governo Bolsonaro, qualquer projeto de afrouxamento da fiscalização ambiental.

— Muito pelo contrário, como mostramos hoje pela ação do Ibama, a fiscalização e atuação do órgão é rigorosa e rápida — afirmou.

Ontem, a pedido do Ministério Público de Minas Gerais, a Justiça determinou o bloqueio de R\$ 5 bilhões da Vale. O objetivo é garantir a adoção de medidas emergenciais. Na sexta-feira, o juiz da Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte Renan Chaves Machado já havia determinado o bloqueio de R\$ 1 bilhão, em outro pedido, para resolução de problemas decorrentes do rompimento da barragem.

O advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Sérgio Pessoa, disse que o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, já havia se comprometido a fazer um depósito em conta judicial de R\$ 1 bilhão para garantir as medidas emergenciais.

AMPLIAÇÃO APROVADA

A ata de uma reunião que aprovou a ampliação da licença da barragem de Brumadinho revela preocupação do Ibama e de moradores com risco de uma tragédia. O encontro ocorreu em 11 de dezembro, quando a Câmara de Atividades Minerárias se reuniu na sede do órgão ambiental do governo de Minas Gerais, e deu o aval por oito votos a um para a ampliação das atividades do Complexo do Paraopeba, que inclui a Mina Córrego do Feijão, onde houve a ruptura na barragem 1.

No documento, o representante do Ibama Julio Cesar Dutra Grilo fez um alerta aos presentes e se absteve de votar:

"A população está preocupada com toda razão. Muita gente aqui citou o problema de Mariana (se referindo à tragédia anterior), de Fundão, e vocês têm um problema similar. E ali é o seguinte, essas barragens não oferecem risco zero", afirmou Grilo, que ainda foi além: "Em uma negligência qualquer de quem está à frente de um sistema de gestão de risco, aquilo rompe. Se essa barragem ficar abandonada alguns anos, ela rompe, e isso são 10 milhões de metros cúbicos. Então, é muito importante".

Membro do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc), Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, repudiou o pedido

de licenciamento e apresentou o único voto contrário na reunião. Na ocasião, ela afirmou ainda que não estava sendo respeitado o prazo adequado para se tratar de empreendimentos de mineração de grande porte e de potencial poluidor, como era o caso da barragem.

"Eficiência, na questão ambiental, não é agilizar licenciamentos de mineração", disse. (*Especial para O GLOBO)

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/01/2019

Seção: Rio

Autor:

Título: O Rio que não passa no desafio dos 10 anos

#OURONEGRO

Arrecadação com royalties de petróleo se recupera

Em tempos turbulentos para as finanças estaduais, uma recente recuperação dos royalties de petróleo é um respiro. Em 2018, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Estado do Rio foi beneficiado com um total de R\$ 4,19 bilhões. Superou em muito os R\$ 2,6 bilhões de um ano antes. Em 2008, tinham sido R\$ 2,2 bilhões (ou R\$ 4 bilhões em valores corrigidos pela inflação). O desafio continua sendo aplicar os recursos adequadamente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Bruno Boghossian

Título: Indústria do perdão

Brasília- Empresários gostam de se queixar de abusos em fiscalizações e punições aplicadas por órgãos oficiais. Para eles, existe uma "indústria da multa" no Brasil que prejudica os negócios. Catástrofes como o rompimento da barragem de Brumadinho sugerem que o país tem, na verdade, uma indústria do perdão.

A repetição de tragédias é um indício de que alguns setores se acostumaram com a boa vontade dos governantes. Companhias continuam rodando com operações inseguras, enquanto o Estado se contenta em fazer inspeções para inglês ver.

A supervisão de determinadas atividades privadas existe não por mero capricho ou por um desejo autoritário dos governantes. Na essência, esse controle é necessário porque contribui para reduzir riscos e prevenir danos graves ou irreparáveis.

As vidas dos funcionários da Vale se perderam para sempre em Brumadinho. Danos ambientais como os observados em Mariana em 2015 não serão recuperados nesta geração.

Jair Bolsonaro disse que seu governo não tem "nada a ver" com a tragédia. A rigor, ele tem razão. Havia muito pouco a fazer em apenas 25 dias de mandato. O episódio, no entanto, deveria acordar o presidente e seus ministros que sonham em afrouxar algumas regras de controle sobre o empresariado.

Os trabalhadores soterrados em Minas e a poluição do rio Doce explicam por que uma fiscalização severa não é só uma bandeira dos "ongueiros" — como o lobby anti-ambientalista costuma chamar seus rivais.

A redução da burocracia e do controle estatal pode ser muito boa para quem já segue as normas e trabalha com segurança, mas também acaba livrando a cara dos culpados.

Ninguém foi punido até agora pela tragédia de 2015, segundo os procuradores do caso. A Vale era sócia da mineradora que operava aquela barragem. Dois anos depois, um novo presidente assumiu a empresa com o lema "Mariana nunca mais". Agora, precisou reconhecer: "Como vou dizer que a gente aprendeu se acaba de acontecer um acidente desses?"

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Tiroteio

Painel

A nova tragédia mostra a importância de refutar propostas que enfraqueçam o rigor das normas sobre licenciamento ambiental

Da ex-presidente do Ibama Suely Araújo, sobre a barragem que se rompeu na Grande BH, três anos após o desastre de Mariana (MG)

com Thais Arbex e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 27/01/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Vinícius Torres Freire**Título:** Brasil na lama e em ruínas

Além do vômito letal da represa de lixo da Vale, obras públicas caem aos pedaços

Faz mais de cinco anos, a gente tem a impressão de que o Brasil está em ruína progressiva. O sabor político do sentimento depende do gosto ideológico do freguês. Quanto ao sentido literal da expressão "ruína", há sinais e sintomas evidentes de que o país está caindo aos pedaços.

Por exemplo, qualquer pessoa sensata vai se perguntar como é possível que se repita em três anos um horror como esse das barragens de Minas Gerais, essa desgraça revoltante na represa de lixo da Vale. Mas a coisa já ia longe.

A gente está com a pulga atrás da orelha de uma cabeça com cabelos em pé, aqui em São Paulo. Há notícias em série sobre o mau estado das pontes e dos viadutos da capital do estado mais rico e mais cheio de universidades de ponta do país.

No final do ano passado, um viaduto da marginal do Pinheiros cedeu e foi interditado. Na semana que passou, foi a vez de um viaduto que liga a marginal do Tietê à Via Dutra. Oito pontes e viadutos vão passar por vistoria de emergência, entre eles duas pontes sobre a marginal do Tietê. As marginais são uma das duas grandes vias de circulação expressa e de saída da cidade. Se param, a cidade não consegue chegar nem na breca.

Problema local? Hum.

O investimento do setor público, a despesa em "obras" afunda mais que viaduto paulistano. Na soma dos gastos dos governos federal, estaduais e municipais, o investimento médio de 2015 a 2017 baixou 36,6% em relação à média dos anos "bons" de 2004 a 2013. Baixou em termos relativos, em proporção do PIB, um desastre (estas contas são baseadas nas séries de investimento calculadas pelos economistas Rodrigo Orair e Sérgio Gobetti, do Ipea).

O investimento é insuficiente para manter e reparar a infra-estrutura, segundo os especialistas (é menor que a depreciação). A baixa é brutal nos governos estaduais, o dobro da queda relativa do investimento feito pelo governo federal e pelos municípios.

Em português claro, isso quer dizer que não há dinheiro suficiente para manter, que dirá melhorar, estradas, pontes, viadutos, açudes, barragens etc. O país está apodrecendo fisicamente. Para piorar, sem obras novas ou consertos, a economia demora a se recuperar. A construção civil foi o grande setor mais desgraçado da economia durante a recessão. Parou de piorar, mal e mal, apenas no ano passado.

Além da falta de dinheiro, escassearam vergonha na cara e competências. Convém lembrar que as maiores empreiteiras eram comandadas por gangsteres, máfias que compravam governos, leis etc. Sabe-se lá mais o que aprontaram.

Desconhece-se o motivo da nova desgraça mineira, mas sabemos de algumas coisas:

- 1) leis ambientais rigorosas não faltam; há baderna ou coisa pior na fiscalização;
- 2) muita gente e negócios estão no rastro possível do vômito letal dessas barragens que se esboroam;
- 3) não há meios de avisar essa gente que fica no caminho do mar de lama tóxica ou modo de tirá-las de lá a tempo. Quando acontece um desastre, por acidente ou incompetência criminosa (a ver), as pessoas morrem como vítimas de bala perdida nos tiroteios das metrópoles brasileiras. Isso é descaso.

Incúria, corrupções, burrices e ignorâncias brasileiras básicas e, ainda pior agora, a falta de dinheiro devem nos deixar mais alertas. Alguém ainda se lembra da desgraça, da tristeza infinita, do Museu Nacional? A queima da memória brasileira, a ponte que caiu ou a lama da mineração podem ser sintomas de coisa pior.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Jânio de Freitas

Título: As tragédias permitidas

Faltaram providências para que administradoras de barragens fizessem inspeções

Jornalista e membro do Conselho Editorial da Folha

Apar das causas físicas e empresariais, a Procuradoria-Geral da República, os Ministérios Públicos federal e de Minas e o Judiciário destacam-se entre os

responsáveis pela segunda tragédia causada por ruptura de barragem. Sentenças rigorosas, e em tempo admissível, para os culpados pela tragédia em Mariana levariam os administradores de barragens a fiscalizações sérias e permanentes. E à prevenção devida aos habitantes, seus bens e áreas produtivas atingíveis por possível ruptura — caso óbvio de Brumadinho.

Faltaram ainda àqueles poderes providências, por exemplo, para que todas as empresas administradoras de barragens fizessem, em seguida ao desastre de Mariana, inspeções e laudos formais em prazo determinado.

Talvez evitassem em Brumadinho o desaparecimento de tantas pessoas, colhidas na ingenuidade perversa do perigo. E por certo o fariam em outras barragens também deixadas ao seu potencial ameaçador.

Já sabemos como aqueles poderes procederão outra vez.

Está no ar

Excluído do Exército, sob ponderações no Superior Tribunal Militar que puseram em dúvida até seu equilíbrio mental, Bolsonaro ficou à distância de sua classe por muito tempo. Embora refletindo-a nas opiniões e, proveito também eleitoral, nas reivindicações.

A perspectiva da candidatura à Presidência mudou sua relação com o passado. Por utilitarismo, sem dúvida, Bolsonaro empenhou-se em ser dado como capitão, representante legítimo de todas as idiossincrasias e da radicalidade conservadora, anticultural e patrioteira da caserna. O candidato identificado com as Forças Armadas.

Os comandos do Exército aceitaram o risco dessa identificação, apesar da preocupação até revelada. Os da reserva, categoria em que as pretensões de superioridade e os sectarismos podem se mostrar mais, regozijaram-se com a atitude de Bolsonaro.

O então comandante do Exército, general Villas Bôas, que se reconheceu como um dos preocupados, formalizou a aceitação do risco, aparentando dá-lo por extinto.

Em duas semanas após a posse, a preocupação voltou a muitos. Pelo avesso, porém. Como preocupação com a possibilidade de identificação, aos olhares internos e sobretudo externos, dos militares e seus generais com Bolsonaro, suas ideias irrealistas e o círculo familiar-religioso insustentável

Desde a terceira semana, o lento desenrolar do caso Flávio Bolsonaro e seus tentáculos até o próprio Bolsonaro tiveram a contribuição do vexame no Fórum

Econômico Mundial para agravar o estado de coisas. Se cá fora, sem comprometimento com a situação, seus possíveis desdobramentos causam inquietações, é fácil imaginar o que se passa com a maioria dos generais, inclusive como contribuintes da identificação militar como novo e caótico poder

Nos últimos dias, as interpretações, análises, deduções, dos mais diversos calibres, povoaram as mentes e conversas dos próximos e dos mais atentos às várias movimentações no poder e arredores.

Admitidas exceções, entre os generais do governo militarizado e Jair Bolsonaro o ar já não é o mesmo. Apesar do esforço, a poluição é perceptível.

Ainda não se conhece poluição que não deixe consequências.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Tendências/Debates

Autor: Wilson Witzel

Título: O Rio de Janeiro vai virar o jogo

Investimentos virão com moralidade no trato público

Governador do Rio de Janeiro (PSC), juiz federal por 17 anos, doutorando em ciência política pela UFF, mestre em processo civil e ex-fuzileiro naval

Após décadas marcadas por denúncias de corrupção na administração pública que geraram a maior crise financeira da história fluminense, o Rio de Janeiro está retomando a trajetória de desenvolvimento.

A moralidade na gestão pública que meu governo reinaugura terá repercussões importantes nos investimentos, dando segurança jurídica às muitas empresas que têm interesse em instalar ou ampliar seus negócios em nosso estado.

As últimas décadas foram perdidas para a industrialização do Rio, que ainda figura como a segunda economia do país nos últimos dados regionais do PIB divulgados pelo IBGE, mas corre o risco de perder posição por causa da desindustrialização provocada pela excessiva dependência do petróleo e pela má gestão dos recursos públicos.

Dados da Confederação Nacional da Indústria apontam que, entre 2006 e 2016, o estado perdeu sete pontos percentuais de participação no PIB industrial brasileiro, caindo de 15,6% para 8,6%. Precisamos reverter com urgência essa trajetória de perda.

A corrupção é tóxica para a atividade econômica. Isso explica por que um estado com mercado consumidor tão grande e qualificado, que dispõe de um capital humano sofisticado, tem perdido a oportunidade de avanços em infraestrutura para unidades da Federação cujo tamanho da economia é muito mais modesto.

Nos últimos anos, as ações de desenvolvimento econômico do estado estiveram focadas em grandes eventos, cujo pano de fundo era a corrupção generalizada.

Isso se refletiu em aumento exponencial da dívida pública, gerando uma catástrofe financeira que não deixou escolha senão a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, que terá que ser revisado para que sejam reduzidos seus efeitos nefastos sobre os próximos governos.

Estamos trazendo de volta ao estado a moralidade na atividade do Executivo e do legislativo, para honrar a escolha da população que exigiu a renovação nas eleições de 2018. Queremos garantir segurança e estabilidade para os investidores.

Implantamos, por exemplo, um programa rigoroso de compliance para todos os secretários.

A renovação ocorre também na Alerj, que emite sinais claros de retomada da normalidade democrática e também na moralidade do processo legislativo.

Tudo isso certamente faz do Rio de Janeiro um foco de atração para o mercado produtivo, o que vai garantir investimentos não apenas no setor de óleo e gás, mas também na agricultura e no turismo.

O segmento turístico, que sempre foi gerido de forma equivocada em um estado com tantos atrativos, agora será o nosso novo petróleo, com atração de turistas brasileiros e estrangeiros, gerando emprego e renda.

O cenário da Firjan para 2019 aponta uma expansão de 2,9% para a economia do estado, podendo chegar a 3,9%. Se confirmado, o resultado será bastante superior ao registrado em 2018 — que, segundo projeções da mesma entidade, deve ter registrado um crescimento do PIB no estado de apenas 1,2%.

A diversificação que vamos empreender na nossa economia não impedirá, entretanto, que o setor de óleo e gás ainda lidere o crescimento previsto para o estado do Rio nos próximos anos.

A Petrobras, cuja lisura na administração foi retomada desde a nomeação de Pedro Parente, já ingressou em novo ciclo virtuoso. O plano de negócios da

empresa, cuja maior parte das atividades se concentra em nosso estado, aponta investimentos acima de R\$ 300 bilhões nos próximos anos cinco anos.

A expansão dos investimentos do setor de óleo e gás vai gerar grandes oportunidades de desenvolvimento. Vamos usar com responsabilidade os royalties do petróleo, que serão elevados nos próximos anos, para impedir que novamente sejam espoliados com políticas irresponsáveis na utilização desses recursos.

Além do destino já definido dessas receitas para o Rioprevidência, queremos também utilizá-las para infraestrutura e logística, hoje sucateadas de forma vergonhosa e impedindo o desenvolvimento econômico que é o destino do estado do Rio.

A confiança voltou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Renegociação de Itaipu pode elevar conta de luz

Enquanto Paraguai contrata consultoria internacional, Brasil segue despreparado para negociar, dizem especialistas

São Paulo - Após quase 50 anos de parceria entre Brasil e Paraguai, caberá ao governo de Jair Bolsonaro (PSL) a missão de renegociar o contrato da usina hidrelétrica de Itaipu, a segunda maior do mundo e responsável por 15% de toda a energia consumida no Brasil.

As conversas prometem ser duras, e o resultado poderá afetar a conta de luz dos brasileiros e, no extremo, a oferta de energia do país. Pelo acordo, o Paraguai tem direito a metade da produção da usina.

Especialistas ouvidos pela Folha contam que o governo brasileiro hoje está despreparado para iniciar um diálogo.

O Paraguai, porém, vem se municiando há anos para a negociação. Contratou a consultoria do economista americano Jeffrey Sachs, da Universidade de Columbia, ativista na defesa de países emergentes mais pobres. Sachs, numa palestra no fim de 2018, defendeu que o Paraguai deveria investir em linhas de transmissão para vender a energia de Itaipu e ampliar os lucros com sua riqueza energética.

O governo paraguaio também ofereceu oficinas para ensinar técnicas de negociação a seus representantes na área de energia. Um deles era baseado no método Harvard.

Há anos, o Paraguai consegue ampliar os benefícios dentro do tratado, sempre com o argumento de que o Brasil é maior, mais rico e tem uma dívida histórica com o país vizinho por causa da guerra de 1864. Neste momento, por exemplo, reivindica que seja incluída no escopo de obras sociais financiadas por Itaipu banda larga para todo o país.

O Tratado de Itaipu foi firmado em 1973 e prevê revisão de cláusulas financeiras até 2023. O prazo não é tão confortável como pode parecer, afirmam especialistas. Para alguns deles, a negociação precisaria ser concluída até o fim deste ano.

A questão central é como ficarão preço da energia vendida pela usina. A percepção é que o Paraguai tentará pressionar a tarifa para cima.

Outro temor é que o país vizinho tente alterar as regras para vender a sua energia excedente, hoje cedida ao Brasil, a outros parceiros, como Argentina, Chile ou Bolívia.

O contrato define que cada país tem direito a 50% da geração. No entanto, o Paraguai consome uma pequena parcela e vende o restante ao Brasil —que, em 2018, o ficou com 84% da energia total.

Em tese, o Paraguai não pode alterar essa regra na revisão de 2023, diz Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. O objetivo da renegociação será o chamado anexo C, que trata de cláusulas financeiras —não da partilha da energia.

No entanto, o próprio governo brasileiro reconhece que, iniciada a discussão, tudo pode ir para a mesa.

Atualmente, o Paraguai tem apenas uma linha de transmissão para escoar energia a outro país, para a Argentina. Como Buenos Aires vive uma das piores crises da história, não há demanda que represente risco ao Brasil.

No entanto, especialistas consideram que o Paraguai pode criar outras alternativas.

Uma delas seria fazer uma aliança com a Bolívia, trocando gás por eletricidade. Também poderia encampar as sugestões de interligação energética do continente, defendida por organismos como a CAF (Corporação Andina de

Fomento), que poderia financiar uma expansão de linhas de transmissão, caso o Paraguai decidisse vender a energia de Itaipu a terceiros.

Há ainda a opção de ampliar o consumo interno para atender o número crescente de indústrias que se instalam lá. Há quem ventile uma opção mais radical nessa área: um pacto com chineses, que poderiam investir na infraestrutura do país e ampliar seu parque industrial para abrigar empresas da própria China.

O governo brasileiro, porém, não acredita que o país enverede por nenhuma dessas alternativas e que o Paraguai vai preferir a via mais confortável, que é continuar vendendo para o Brasil e ampliando sua cota de benefícios dentro do tratado.

Governos petistas, por exemplo, ampliaram a remuneração paga ao Paraguai pela cessão de energia, um adicional além do preço da energia em si, que, em 2017, somou US\$ 329 milhões.

Pela natureza do acordo bilateral, nenhum benefício adicional pode ser questionado por autoridades locais, como a Aneel (a agência do setor elétrico) ou o TCU (Tribunal de Contas da União), pois quem bate o martelo são os presidentes dos dois países.

Por ano, o Brasil importa do país vizinho 32,9 mil gigawatts-hora, equivalentes ao consumo anual do Paraná.

O governo precisa se preparar para um eventual cenário de perda dessa energia, diz João Carlos Mello, presidente da consultoria Thymos Energia.

"O prazo já passou. [O governo] teria que se preparar para construir novas usinas, o que levaria uns três anos", diz ele.

Para Luiz Roberto Bezerra, superintendente da FGV Energia, a principal discussão não será a possível perda da energia, que ele considera um cenário remoto, mas sim o novo cálculo da tarifa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Nota da Vale pode cair vários degraus, diz S&P

Agência põe em observação classificação da mineradora em razão das implicações financeiras do desastre de Brumadinho

BRUMADINHO E LONDRES - A agência de classificação de risco S&P anunciou que poderá rebaixar anota da Vale em vários degraus em razão das simplificações financeiras decorrentes do desastre de sexta-feira (25), em Brumadinho (MG).

Segundo a S&P o fato de uma tragédia semelhante ter acontecido antes potencializa os riscos para a empresa. A agência se referia à maior catástrofe ambiental brasileira, o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, em novembro de 2015. O reservatório era da Samarco, empresa da qual a Vale é sócia, ao lado da BHP Billiton.

"Acreditamos que a Vale enfrenta vários riscos decorrentes do desastre. Suas obrigações financeiras para remediar e compensar as perdas podem ser substanciais, e a empresa pode ter de enfrentar escrutínios extensos e complexos de entidades ambientais e órgãos reguladores que resultariam em suspensões de licenças", disse a S&P em comunicado neste sábado (26).

A agência colocou anota da empresa, que é BBB-, em observação (CreditWatch), com implicações negativas. Isso significa que a classificação da mineradora pode ser rebaixada no curto prazo.

Neste sábado, a Justiça de Minas Gerais determinou o bloqueio de R\$ 5 bilhões da Vale para garantir a adoção de medidas emergenciais e a reparação de danos ambientais.

Além disso, o Ibama anunciou a aplicação de multa de R\$ 250 milhões à mineradora.

Na sexta-feira, os recibos de papéis de ações da Vale negociados em Nova York fecharam em queda de 8% (a Bolsa de São Paulo não abriu).

Advogados representando vítimas da tragédia da Samarco dizem que as implicações financeiras do novo desastre são potencialmente debilitantes para a Vale.

"Isso coloca em questão a viabilidade financeira da Vale no futuro por causa da grande escala de seus potenciais passivos", disse à Reuters Tom Goo-dhead, advogado da SPG Law, envolvida em ações legal sem nome de centenas de milhares de pessoas afetadas pelo desastre da Samarco.

Reuters e Financial Times

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 27/01/2019****Seção: Cotidiano****Autor: Carolina Linhares e Rubens Valente****Título: Mortos em tragédia de MG sobem para 34; 256 estão desaparecidos**

Justiça bloqueia R\$ 6 bilhões da Vale

Ibama e governo de Minas aplicam multas que somam R\$ 349 milhões

Israel enviará equipamentos de auxílio a resgate

Brumadinho (MG) - Um dia após o rompimento de uma barragem em Brumadinho (MG), o número de mortos na tragédia chegou a 34, com 251 desaparecidos apenas entre funcionários e terceirizados da Vale, informou a empresa. Dona da instalação, a companhia teve R\$ 6 bilhões bloqueados pela Justiça em duas ações, uma movida pela Advocacia-Geral de Minas e outra pelo Ministério Público estadual. O Ibama também aplicou uma multa à empresa, no valor de R\$ 250 milhões, e o governo do estado, outra sanção de R\$ 99 milhões.

Foram resgatadas 366 pessoas, das quais 23 estão hospitalizadas. Após o governador Romeu Zema (Novo) afirmar, na noite de sexta (25), que provavelmente só seriam resgatados corpos, os bombeiros disseram na tarde de sábado que havia quatro locais com possíveis vítimas vivas.

No final da manhã, a Vale chegou a falar em 412 desaparecidos. Ao longo do dia, porém, o número caiu, após lista de nomes ser cotejada com as informações da Defesa Civil e depois da confirmação de mortes e sobreviventes.

De acordo com os Bombeiros, no momento do acidente de 100 a 150 pessoas estavam na área administrativa da Vale, que ficava nas proximidades da barragem que rompeu; cerca de 30 estavam na região da vila Vértico; aproximadamente 35 na pousada Nova Estância, onde há funcionários desaparecidos, e de 100 a 140 na região do bairro Parque das Cachoeiras. Ao todo, 144 militares participam das operações.

As buscas foram interrompidas na noite de sábado e devem recomeçar às 4h deste domingo, com ajuda de helicópteros de outros estados.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobrevoou a região pela manhã e não falou com a imprensa, mas disse em rede social que era "difícil não se emocionar" diante do cenário.

Para ajudar nas buscas, o governo de Israel irá enviar a Brumadinho uma missão de 120 pessoas. O avião com a missão humanitária tem previsão de chegada em Minas Gerais entre 20h e 22h deste domingo (27).

A equipe é formada por médicos, engenheiros e especialistas em operar equipamentos para localizar vítimas de soterramento. Serão enviados sonares e equipamentos para bombear a lama, além de cães farejadores.

A chegada da missão israelense foi acordada em conversa entre Bolsonaro e o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

Em outra iniciativa para ajuda a viabilizar o resgate, a Justiça Federal em Minas atendeu a um pedido da AGU (Advocacia-Geral da União) e determinou que as operadoras de celular entreguem dados de clientes que se conectaram às antenas próximas do local da tragédia, a fim de ajudar nas buscas.

Ainda sob a justificativa de financiar as ações emergenciais necessárias, a Justiça acatou dois pedidos de bloqueio de recursos da Vale.

A primeira decisão atendeu apedido da Advocacia-Geral de Minas Gerais. O valor de R\$ 1 bilhão será disponibilizado em uma conta judicial. Em grave crise financeira, o governo do estado não tem conseguido realizar nem os repasses obrigatórios às prefeituras nem o pagamento em dia do funcionalismo público, o que chegou a atrasar o início das aulas em algumas cidades.

A decisão determina ainda que a Vale apresente em um prazo de até dois dias um relatório de amparo às vítimas, mapeie áreas de risco, comece a retirada da lama, adote medidas para não contaminar nascentes e elabore um plano de controle de pragas, entre outras medidas.

O juiz Renan Machado lembrou na decisão o desastre de Mariana (MG), ocorrido em novembro de 2005 com a barragem de Fundão, da mineradora Samarco, controlada pela Vale e BHP Billiton. Na ocasião, 19 pessoas morreram, e o rastro de lama chegou até o litoral do Espírito Santo.

"Oportuno ressaltar que o estado de Minas Gerais experimentou acidente semelhante há aproximadamente três anos, lamentavelmente insuficiente para prevenir o atual evento, mas com aprendizado para minorar e/ou enfrentar as consequências humanas e ambientais no presente", afirmou o magistrado. Ele afirma ainda que "ações exigem recursos".

Horas depois, a juíza Perla Brito atendeu a outro pedido, do Ministério Público mineiro, e determinou o bloqueio de R\$ 5 bilhões da companhia também para ações emergenciais.

A decisão impõe ainda que a empresa adote imediatamente medidas para garantir a estabilidade da barragem 6 do Complexo Mina do Feijão.

Relatórios devem ser enviados a cada seis horas à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), à Defesa Civil estadual e dos municípios, e ainda ao Corpo de Bombeiros.

A Promotoria destaca ainda o risco de rompimento dessa barragem. As Forças Integradas de Segurança que trabalham em Brumadinho, no entanto, disseram que a informação sobre esse risco era um alarme falso.

Os funcionários da Vale realizam um bombeamento para drenagem da barragem mencionada.

A empresa disse não ter sido notificada da primeira decisão judicial e não comentou a segunda.

Ao falar da responsabilidade pela tragédia, Zema afirmou que os envolvidos serão punidos "de forma exemplar" e que a legislação ambiental e os protocolos para o setor serão revistos.

Em visita à região atingida, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou que "certamente há um culpado" e serão propostas ações, mas que "as informações são prematuras para identificar quem são os responsáveis".

Ela determinou ainda a criação de uma força-tarefa para apurar as causas e responsabilidades do rompimento da barragem. A equipe será composta por procuradores indicados pela Procuradoria em Minas.

"Minas Gerais tem quase 700 barragens que estão classificadas em razão do risco de rompimento e é preciso garantir que esse risco seja realmente baixo e que essas informações sejam confiáveis", disse Dodge.

A tragédia será também investigada em um inquérito da Polícia Federal instaurado neste sábado.

Segundo o delegado Luiz Augusto Pessoa Nogueira, responsável pelo caso, o objetivo é não perder tempo e promover as perícias e outras diligências que poderiam ser impossíveis de fazer posteriormente.

"Queremos apurar o mais rápido possível afim de apontar os responsáveis, caso existam e a dimensão do dano ambiental", afirmou ele.

Colaboraram Amanda Lemos, Bruna Narcizo, Mariana Carneiro, Paulo Gomes, Reynaldo Turollo Jr. e Talita Fernandes

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 27/01/2019****Seção: Cotidiano****Autor: Rubens Valente e Pedro Ladeira****Título: Socorristas e familiares comemoram notícia de localização de sobreviventes**

Aviso dos bombeiros sobre paradeiro de desaparecidos leva alívio a moradores de Brumadinho

Brumadinho (MG) - Depois de um dia de péssimas notícias em sequência em Brumadinho (MG), um grupo de socorristas e parentes comemorava às 9h de sábado (26) uma informação recebida por telefone. Homens do Corpo de Bombeiros avisavam que tinham a localização de cinco pessoas que estavam desaparecidas desde o rompimento da barragem da Vale, na tarde de sexta-feira (25).

No centro comunitário do distrito de Córrego do Feijão houve comemoração. Uma assessora da Vale que participava do apoio às famílias confirmou, entre lágrimas, que cinco homens haviam sido localizados com vida, mas ainda estavam sendo resgatados com apoio de helicópteros.

Segundo o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, ao menos 34 pessoas morreram e 256 estavam desaparecidas até a noite de sábado.

Um dos sobreviventes é irmão do bombeiro civil voluntário Jorge Luís de Faria, 51, que desde sexta participava de buscas na região com outros quatro amigos. Segundo ele, seu irmão Carlos Eduardo de Faria, 32, trabalha como motorista numa empresa contratada pela Vale e estava sem contato desde o momento do acidente.

Logo após receber a notícia, Jorge saiu em outra missão com o grupo de voluntários: localizar um idoso de 90 anos que estaria ilhado numa casa perto do Córrego do Feijão.

O outro irmão de Carlos, o mecânico Paulo Henrique Faria, se emocionou ao saber da notícia. Ele havia falado com a Folha sobre as buscas pelo irmão meia hora antes. "Confiamos que ele está vivo em algum lugar esperando o resgate", disse Paulo Henrique.

Segundo ele, seu irmão acionou duas vezes o celular depois do horário do acidente, estimado em 13h. "Ele deu um toque no celular de um amigo dele às 14h12 e 14h56, então tem que estar vivo por aqui mesmo", disse, enquanto contemplava a destruição.

Até as 17h05 os três irmãos não haviam se encontrado nem falado ao telefone, o que gerou apreensão em Jorge e Paulo Henrique.

Também no sábado, um grupo de dez moradores da região de Brumadinho se posicionou na beira da lama que devastou a região do Córrego do Feijão para tentar ouvir algum pedido de socorro.

"Silêncio todo mundo, vamos ouvir!", repetiam os socorristas. Alguns segundos depois, os moradores garantiram estar ouvindo vozes de pessoas pedindo socorro. Isso bastou para alguns caírem em lágrimas e começarem a rezar.

A dona de casa Analice Ribeiro se emocionou porque alimentava a esperança de notícias sobre sua cunhada, Angelita Assis, 36, enfermeira de um posto de saúde da Vale e tem dois filhos, um de 15 e outro de doze anos. "Escutamos alguém gritando", repetia Analice, enxugando as lágrimas.

Socorristas informaram as vozes a um grupo de soldados da Polícia Militar, que pelo rádio acionou os bombeiros.

Alguns helicópteros passaram pela região, mas não se detiveram no local em que os moradores queriam, o que os levava ao desespero. Cerca de meia hora depois, um helicóptero com militares e outro dos bombeiros enfim fez voos rasantes e uma inspeção mais atenta nos locais indicados pelos moradores.

A empolgação, porém, acabou em frustração. Nada foi encontrado. Um dos moradores gritava que estava vendo "uma mão acenando".

Com uma lente de longo alcance, a Folha verificou que se tratava de um galho que se mexia com o vento gerado pelas pás dos helicópteros.

A reportagem, de fato, ouviu vozes vindo da direção da lama, pelo menos uma vez alguém disse "vivo", mas não foi possível identificar se eram sobreviventes ou socorristas que não estavam ao alcance da visão dos moradores naquele ponto do Córrego do Feijão.

Segundo o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, o dano ambiental será muito menor que o de Mariana, mas a tragédia humana deverá ser maior.

O rompimento da barragem liberou 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos, que entraram no rio Paraopeba. A estimativa é a de que esse volume represente um quarto do que foi liberado no acidente com a barragem de Fundão, em Mariana, que pertencia à Samarco, empresa controlada pela Vale e pela BHP Billiton

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 27/01/2019****Seção: Cotidiano****Autor: Flávia Faria e Carolina Linhares SÃO PAULO E BRUMADINHO (MG)****Título: Projeto que endurece regras para barragens não avança em MG**

Um projeto de lei que endurecia as regras de licenciamento para barragens de mineração foi reprovado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O texto foi vetado na **Comissão de Minas e Energia** em julho do ano passado.

A proposta, de autoria do deputado estadual João Vitor Xavier (PSDB), foi formulada a partir do projeto Mar de Lama Nunca Mais.

Este, de iniciativa popular, teve mais de 50 mil assinaturas e foi elaborado pelo Ministério Público mineiro em parceria com ONGs e representantes das famílias atingidas pela barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015.

O desastre matou 19 pessoas e espalhou 650 km de rejeitos de mineração pelo rio Doce. Na sexta (25), o rompimento de outra barragem em Brumadinho, na Grande Belo Horizonte, matou ao menos 34.

O projeto de Xavier foi um substitutivo a outro que já corria na Assembleia. Propunha, entre outras coisas, normas e prazos mais rígidos para licenciamento ambiental de novas barragens, auditorias periódicas de acordo com o dano potencial dos reservatórios e caução para garantir a recuperação ambiental em caso de acidente.

Também proibia a concessão de licença para construção ou ampliação de reservatório em locais com comunidades próximas ao curso do rio.

"O objetivo do projeto era fazer o que já acontece no Primeiro Mundo. Não existe mais mineração no modelo que se faz aqui. Enquanto for assim, as pessoas vão continuar morrendo", diz o deputado.

Hernani Lima, professor da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, defende o aumento do rigor na concessão de licenças para barragens. "Falta uma política melhor. É preciso um Estado mais forte, com pessoas capacitadas, com treinamento e fiscalização", afirma.

Contudo, o professor alerta que o aumento da burocracia, por si só, poderia inibir iniciativas positivas. Um exemplo é o parágrafo que exigia novo licenciamento ambiental para alterações no projeto original de uma barragem.

"Isso poderia até inibir alterações positivas. É muito difícil generalizar. Mas, para ter uma análise caso a caso, é preciso ter uma equipe técnica ambiental bem preparada, o que não vem acontecendo."

Em nota publicada no site do MDB mineiro, Thiago Cota (MDB), um dos três deputados que votaram contra a proposta, afirmou que sua aprovação tornaria inviável a atividade de mineração em MG.

A versão original do projeto continua em tramitação. Ainda que seja menos rígida, traz normas mais rigorosas que as atuais, como o veto à construção de barragens à montante, como a de Brumadinho.

Esse modelo, mais comum e mais barato, é aquele em que os vários "degraus" da barragem, erguidos a medida que a quantidade de rejeitos aumenta, são feitos contra o barranco ou a parede que dá sustentação à estrutura. Para engenheiros, o método é considerado um dos menos seguros.

Deputados que estiveram em Brumadinho após o rompimento da barragem falam em aproveitar a comoção social por conta da tragédia para aprovar já em fevereiro leis mais rigorosas, tanto no âmbito estadual como federal. Uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) também começa a ser pensada.

Dos três projetos apresentados na Assembleia após o rompimento de Fundão, em Mariana, apenas um foi aprovado. À época, foi criada uma comissão extraordinária sobre barragens.

A ideia era apertar a fiscalização por meio de novas leis e evitar novas tragédias. Segundo deputados ouvidos pela reportagem, houve pressão de empresas e mineradoras para que as iniciativas da comissão não fossem levadas adiante.

A única proposta aprovada até agora é a que direciona recursos da taxa minerária para a Secretaria de Meio Ambiente. Antes, a verba era usada até para financiar a Minas Arena, concessão a cargo do estádio do Mineirão.

Há ainda um outro projeto, encaminhado pelo então governador Fernando Pimentel (PT), que estabelece a política estadual a atingidos por barragens e determina, entre outros, uma política de atendimento em caso de rompimento. Esse nunca foi votado.

"Houve pressão das empresas", diz o deputado estadual Rogério Corrêa (PT), eleito deputado federal. "Existe esse tipo de pensamento de que muita fiscalização atrapalha o empresário", completa.

Ele diz que os novos deputados estaduais devem aproveitar o gancho da tragédia para aprovar o quanto antes os demais projetos. "Isso [o desastre] traz prejuízo econômico, o Brasil fica desmoralizado."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Força...

Coluna do Estadão

O ministro da AGU, André Mendonça, não descarta entrar com ação civil pública para cobrar a reparação da Vale pelo rompimento da barragem de Brumadinho.

» **...tarefa.** Na tragédia em Mariana, o governo optou por negociar extrajudicialmente as compensações.

COM NAIRA TRINDADE, JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA.
COLABORARAM RAFAEL MORAES

MOURA E TEO CURY.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Conta.

Coluna do broadcast

A Vale, que teve a barragem em Brumadinho (MG) rompida nesta sexta, 25, tem seguro com Chubb, Mapfre e Swiss Re para danos patrimoniais (property) e lucros cessantes (quando as atividades são interrompidas). A corretora responsável é a Aon e o resseguro está nas mãos do IRB Brasil Re.

Já a apólice de responsabilidade civil da Vale está nas mãos da alemã Allianz e também conta com resseguro do grupo por meio da AGCS. Neste caso, a corretora responsável é a Willis. Seguradoras e resseguradoras já estão calculando a extensão e dos danos do acidente. Procuradas, as empresas não se manifestaram.

COM CRISTIANE BARBIERI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/01/2019****Seção: Colunas****Autor: José Roberto Mendonça de Barros****Título: No mercado de petróleo não tem doutor**

Em 1964, eu fazia o curso de Economia da FEA-USP, quando tive de começar a cuidar de uma fazenda de café na região de Maringá (PR). A tecnologia mais simples da época permitia tocar a propriedade com viagens a cada 45 dias, sem que tivesse no local nenhuma estrutura administrativa mais pesada. Hoje, isso seria muito difícil. Essa experiência, que durou 20 anos, foi complementada por outra: durante 1965 trabalhei, com Guilherme Silva Dias, como assistente de pesquisa, num projeto, que virou clássico, onde o professor Antonio Delfim Netto mostrou que a política de valorização dos preços do café dos anos 50 havia resultado numa elevação da concorrência, de sorte que "blends" de cafés robusta africano e arábica suaves da Colômbia (na base 75/25) reproduziam vantajosamente o produto brasileiro, o que acarretou uma perda progressiva de mercado.

Finalmente, uma ligação de alguns anos com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) complementou meus horizontes do que hoje é conhecido como agronegócio. Mas, em 1965, ainda era um aprendiz e, com a colheita em andamento, tive minha primeira experiência de vender café. Nervoso, verde aos 21 anos, com medo de fazer bobagem, dependia do suporte da Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari (Cocari), cujo presidente era o saudoso Orípes Rodrigues Gomes. Na décima vez em que lhe perguntei se era bom vender naquele momento, tive a primeira grande lição de economia na prática. Orípes me disse algo do tipo: "Menino, eu acho que é hora de vender, mas lembre-se que no mercado de café não tem doutor".

Isso porque, como se aprende com o tempo, o futuro é impenetrável e espesso. Por melhores que sejam os dados e os modelos de previsão, por mais experiência que se tenha, sempre ocorrem choques inesperados, mudanças súbitas de tendência e outras crises que alteram o rumo projetado. Essa história do doutor me vem à mente a propósito do que ocorreu no mercado de petróleo recentemente. Em meados de 2017, o petróleo tipo Brent atingiu a cotação de US\$ 44 por barril, número baixo quando se leva em conta que o mundo estava crescendo bem. A Opep e a Rússia já tinham colocado em prática uma política de redução da produção desde janeiro.

Surpreendentemente, o cumprimento do entendimento por parte dos países-membros da organização foi total, o que nunca foi o padrão dos acordos da Opep. Com isso, os estoques excedentes foram sendo consumidos, de sorte que

ao fim de 2017 os preços já estavam na faixa de US\$ 65 por barril, resultado mais do que satisfatório para os produtores. Já em 2018, os altistas tiveram uma ajuda surpreendente e inestimável: a produção venezuelana colapsou, em mais um importante capítulo na longa crise daquele país. Nos primeiros nove meses do ano, mais de 750 mil barris de petróleo por dia deixaram de ser bombeados, levando as cotações para a faixa de US\$ 80.

Nesse momento, praticamente todos os bancos, tradings e analistas ao redor do mundo passaram a prever que o preço do petróleo iria bater os US\$ 100 por barril, o que se transformou em grandes manchetes. É aqui que entra o título deste artigo, uma vez que menos de 90 dias depois, o óleo bateu US\$ 50, numa queda épica que pulverizou todas as projeções anteriores. O que detonou a reversão foi a aceitação, pelos mercados, de que a economia global entraria numa fase de desaceleração econômica, que prevalece até hoje. Mais que o preço, o que chama a atenção nesse período foi a violência na queda.

Isso tem tudo a ver com o mercado de derivativos associado às cotações do produto. A volatilidade dos mercados foi ensinando aos produtores de petróleo a travar seus resultados, comprando opções de venda, quando as cotações atingem níveis altos, e, especialmente, se existirem dúvidas quanto à sua manutenção, o que ocorreu neste caso pela revisão do futuro do crescimento global. Assim, produtores de petróleo estavam comprados e agentes do mercado financeiro vendidos.

Em mercados desse tipo, a reversão das expectativas leva à liquidação das opções a qualquer preço, o que faz o mercado afundar. Depois de zeradas as posições, a calma volta e os preços podem até subir um pouco, o que também ocorreu nesse caso. Haja coração, dinheiro para não quebrar e a dolorosa lembrança que no mercado não tem doutor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: **Apetite das empresas acaba na falta de regras adequadas e licitações**

Lei permite renovação automática de contratos, fazendo com que a iniciativa privada fique sem espaço para investir

Último setor da infraestrutura a buscar a universalização dos serviços, o saneamento básico tem sido cortejado por grandes investidores nacionais e estrangeiros, que veem nos baixos índices de cobertura uma grande oportunidade de negócio. Nos últimos anos, no entanto, o apetite das empresas

privadas tem sido inibido pela falta de licitações e de regulamentação adequada, apesar da grande necessidade de investimentos.

A legislação atual permite que os contratos de concessão - que hoje estão, em grande parte, nas mãos das estatais estaduais - sejam renovados automaticamente, sem novas licitações. O problema é que as empresas públicas de saneamento - salvo exceções como a Sabesp (SP), a Copasa (MG), a Sanepar (PR) e a Compesa (PE) - não têm conseguido gerar receitas nem para cobrir as despesas do dia a dia.

O resultado é que as empresas não investem o suficiente para trazer melhorias para a população e a iniciativa privada fica sem espaço para ampliar seus negócios. Tudo isso se traduz nos números do setor.

"O privado não vai resolver todos os problemas, mas vai ajudar bastante", afirma o presidente da Aegea, Hamilton Amadeo, que vê no enorme corporativismo do setor dificuldades para ampliar os serviços. Apesar dos entraves, a empresa conseguiu nos últimos anos elevar sua participação no mercado. De 2014 para cá, o número de municípios atendidos subiu de 35 para 49 e a população atendida foi de 2,6 milhões para 7 milhões de pessoas.

Ele destaca que uma tentativa de mudar os rumos dessa história está em uma medida provisória reeditada no fim de dezembro de 2018 e que abre espaço para o setor privado. Além de colocar o setor embaixo da aba da Agência Nacional das Águas (ANA), ela exige novas licitações para contratos vencidos, o que daria oportunidade para as companhias privadas. O lobby das estatais não deixou que a MP fosse votada no ano passado, mas o setor acredita que há espaço agora no novo governo.

"Todos os setores intensivos em capital, como energia elétrica e telecomunicação, já venceram essa barreira (com as privatizações). Saneamento ficou para trás e virou um retrato do século 19", afirma Teresa Vernaglia, presidente da BRK Ambiental - ex-Odebrecht Ambiental. A empresa, controlada pela canadense Brookfield, atende 180 municípios e 15 milhões de pessoas. Mesmo com as limitações, a companhia vai investir cerca de R\$ 1 bilhão por ano nas suas operações nos próximos cinco anos.

"Pré-sal da infraestrutura".

Na avaliação do sócio da Miles Capital, Fabiano Custodio, o setor de saneamento é um "pré-sal" da infraestrutura. Segundo ele, se os Estados - que estão com grandes dificuldades financeiras - decidissem vender suas estatais, a eficiência do setor subiria substancialmente. "Se o setor tivesse uma regulação que estimulasse a eficiência como em energia elétrica, saneamento poderia

negociar seus ativos por múltiplos (indicadores de valoração das empresas) bem maiores que as verificadas em aquisições como Eletropaulo e CPFL."

r.p.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Mortos chegam a 34; barragem com água preocupa autoridades

Em Brumadinho, estrutura ao lado do depósito que rompeu corre risco e Vale inicia drenagem. Justiça de Minas ordena bloqueio de R\$ 5 bilhões da empresa, que foi multada pelo Ibama em R\$ 250 milhões. General Heleno fala em mudar protocolo de licenciamento

O primeiro dia em Brumadinho, Minas Gerais, após a enxurrada de lama que seguiu o rompimento da barragem 1, da mineradora Vale, foi marcado pelo resgate de mortos e de sobreviventes. De acordo com o governo mineiro, no total, 34 corpos foram encontrados - entre eles o da médica Marcelle Cangussu, que estava na Vale havia dois anos, e foi a primeira vítima identificada - e 366 pessoas, localizadas.

Dessas, 221 são funcionários da mineradora e 145, de empresas terceirizadas - 23 estão hospitalizados. O número de mortos já supera os 19 registrados com o rompimento da barragem da Samarco, em 2015, em Mariana. Pelo menos 254 pessoas permaneciam desaparecidas até a conclusão desta edição e as causas da tragédia não haviam sido esclarecidas.

Em Brumadinho, o cenário era de preocupação, com ameaça de rompimento da barragem 6, localizada ao lado da que se rompeu. Esta, em vez de lama, tem água. Também preocupou moradores e autoridades a previsão de chuva, que se confirmou à tarde e diminuiu o ritmo das buscas. O temor é de que, com grande volume de água, a lama ganhe velocidade e faça novos estragos. Na tentativa de reduzir os riscos, a Vale começou a drenar a água. Diante do risco, parte dos moradores teve de deixar suas casas. Quem não saiu enfrentou falta de água e de luz.

Também ontem, a pedido da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, a Justiça de Minas determinou o bloqueio de R\$ 5 bilhões da mineradora para o pagamento de despesas ambientais. A Vale foi multada pelo Ibama em R\$ 250 milhões, e o Ministério Público Federal e a Polícia Federal anunciaram que vão investigar o caso.

Pela manhã, o presidente Jair Bolsonaro sobrevoou a área atingida pela lama e anunciou que o governo de Israel ofereceu ajuda para localizar os desaparecidos, por causa da expertise em encontrar pessoas soterradas depois de atentados a bomba. À noite, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, disse a jornalistas que o governo tem a intenção de mudar o protocolo de licenciamento das barragens brasileiras.

A solidariedade também chegou por meio das redes sociais. No Instagram, Gisele Bündchen postou imagens com o antes e depois do avanço da lama. Também se manifestaram o jogador de futebol Neymar e as atrizes Bruna Marquezine, Fernanda Paes Leme e Giovanna Ewbank. Já Fernando Henrique Cardoso cobrou autoridades. No Twitter, disse que "meio ambiente não é zoeira de esquerda: é respeito à vida das pessoas e do planeta".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Paula Reverbel, Teo Cury, Igor Moraes e Fausto Macedo

Título: Justiça bloqueia R\$ 5 bilhões da Vale

Dodge determinou apuração sobre o caso; mineradora é a responsável, afirma AGU

BRUMADINHO (MG) e BRASÍLIA- A Justiça mineira determinou ontem o bloqueio de R\$ 5 bilhões da mineradora Vale, a pedido da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado. A ideia é usar os recursos para despesas ambientais do rompimento da barragem em Brumadinho. Ontem, a Advocacia-Geral da União disse que a responsabilidade pelo acidente é da empresa e o Ibama multou a Vale em R\$ 250 milhões. A Procuradoria-Geral da República vai apurar o caso.

Na liminar, a magistrada Perla Brito, da Comarca de Brumadinho, aponta a "inequívoca capacidade econômica" da Vale e a crise financeira do Estado como razões para o bloqueio do dinheiro.

A sentença ainda obriga a Vale a adotar medidas imediatas para garantir a estabilidade da barragem seis da Mina do Feijão, onde houve o a tragédia, e remeter ao Estado, a cada seis horas, os relatórios com a atualização das ações. Anteontem, a Justiça já havia bloqueado R\$ 1 bilhão da mineradora.

"A responsável por isso, pelo risco do próprio negócio, é a Vale", disse o advogado-geral da União, André Luiz Mendonça. Ele disse que é preciso aguardar as apurações e o levantamento dos órgãos técnicos para verificar a

extensão do dano e como serão adotadas as medidas de responsabilidade, que podem ser de natureza civil, administrativa e até mesmo criminal.

"É reincidência. Ainda que haja espaço para alguma negociação, não podem ser adotadas medidas nos mesmos parâmetros que foram adotados anteriormente (em Mariana)."

Já o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, não quis apontar um responsável pela tragédia. "Se alguém tem de identificar um culpado, me parece que é o próprio Ministério Público", disse. O Ibama já aplicou ontem multa de R\$ 250 milhões contra a Vale. O governo mineiro também aplicou sanção de R\$ 99 milhões.

PGR. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, também determinou ontem a criação de uma força-tarefa para apurar as responsabilidades da tragédia. Ela ainda defendeu mudar os protocolos que atestam a segurança das barragens de rejeitos de mineração.

"Certamente há um culpado ou mais de um culpado, e o Ministério Público precisa trabalhar de forma adequada, sem espetacularização, mas firmemente na busca dos responsáveis por essa tragédia", disse Raquel. "Minas tem quase 700 barragens classificadas em razão do risco de rompimento e é preciso garantir que esse risco seja realmente baixo e que essas informações sejam confiáveis", acrescentou a procuradora.

A Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal (MPF) também publicou nota sobre o episódio ontem. "Não parece adequado falar em acidente para a catástrofe de Brumadinho, na medida em que a aceção dessa palavra pressupõe o elemento da imprevisibilidade de maneira alguma aqui presente", aponta o texto do MPF.

Legislação. Especialista em Direito Ambiental, a advogada Letícia Yumi Marques explica que o foco principal da Lei de Crimes Ambientais não é prender os responsáveis pelo delito, mas a reparação de danos à natureza. "A sociedade quer ver alguém preso, só que a lei não prioriza prisão. Réu preso não repara o meio ambiente", afirma Letícia, que atua como consultora para o tema no escritório Peixoto & Cury Advogados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Carla Bridi, Paula Reverbel e Marcelo Faria

Título: Após sobrevoos, Bolsonaro diz que Israel vai auxiliar nas buscas

Presidente se reuniu com autoridades de Minas Gerais e anunciou que israelenses vão enviar avião com equipamentos

Após sobrevoar a área da tragédia em Brumadinho, o presidente Jair Bolsonaro anunciou que o governo de Israel havia oferecido ajuda para localizar os desaparecidos. O presidente também colocou à disposição de Minas Gerais recursos do governo federal, como reforços nas equipes de buscas e equipamentos.

Em edição extra do Diário Oficial da União, foi reconhecido o estado de calamidade pública por procedimento sumário em Brumadinho, em decorrência do rompimento da barragem ocorrido anteontem. A decisão facilita a liberação e mobilização de recursos para os trabalhos de resgate na região.

Depois do sobrevoo de ontem, Bolsonaro se reuniu com o governador de Minas, Romeu Zema, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e ministros no Aeroporto de Confins. Ao retornar a Brasília, o presidente afirmou à imprensa que "infelizmente, pode aumentar muito o número de mortos".

Segundo Zema, Bolsonaro disse que disponibilizará equipamentos obtidos em parceria com Israel, com tecnologia capaz de localizar pessoas que estejam enterradas. "É muito difícil localizar um corpo a cinco, dez metros de profundidade", disse o governador. "Israel se ofereceu para poder fazer isso." Segundo o embaixador de Israel no Brasil, Yossi Shelley, será enviada uma aeronave com equipe de cerca de 70 ou 80 pessoas, além de equipamentos especiais. "Infelizmente, temos experiência (em resgatar pessoas soterradas) devido a atentados que derrubam casas", explicou o embaixador.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Teo Cury / Brasília- Bruno Ribeiro Giovana Girardi

Título: Governo quer mudar regra de licenciamento e vistoriar barragens

Ministro Augusto Heleno defendeu alterações para evitar novas falhas; caso vai pressionar poder público, diz especialista

Após reunião de duas horas no Palácio do Planalto com representantes dos ministérios envolvidos em ações governamentais referentes à tragédia em Brumadinho, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, disse a jornalistas que o governo tem a intenção de mudar o protocolo de licenciamento das barragens brasileiras.

O ministro informou que, no encontro, chegou-se à conclusão de que "é importante e urgente" que as barragens que ofereçam mais riscos sejam submetidas a uma nova vistoria para que eventuais desastres possam ser evitados.

Heleno disse ainda que o objetivo da reunião foi de que não haja a superposição de esforços e que cada ministério defina suas responsabilidades no desenvolvimento das ações de governo. De acordo com o general, as pastas especializadas no assunto atuarão para que o protocolo seja revisto. "Porque parece que há alguma coisa que está falhando nesse licenciamento", disse.

Mais cedo, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, após fazer sobrevoo com o presidente Jair Bolsonaro na região afetada, afirmou que o governo não pretende afrouxar a fiscalização ambiental. "Nunca houve nenhum projeto de afrouxamento de fiscalização. Ao contrário, o que demonstramos hoje é que a fiscalização do Ibama é rigorosa e rápida. O que nós precisamos é de foco e dedicação", disse.

Ele afirmou que a legislação deve mudar para evitar que novas tragédias, como as de Brumadinho e Mariana, voltem a acontecer. "Não só é possível como é necessário. O que é preciso na legislação ambiental é tirar questões simples e aprofundar nas questões técnicas de maior risco", completou.

Pressão. Desde que aconteceu o acidente houve uma elevação do tom de cobrança ao governo sobre a possibilidade de flexibilizar o licenciamento ambiental. Uma de suas bandeiras durante a campanha eleitoral, Bolsonaro afirmou várias vezes que pretendia simplificar o licenciamento e "tirar o Estado do cangote do produtor". Salles também defende ferramentas como o chamado autolicensing.

Para o especialista em Direito Ambiental Paulo Affonso de Leme Machado, o que é necessário neste momento é "um licenciamento ambiental mais forte, não mais fraco". Segundo ele, os dois desastres em Minas são exemplo disso. "Esses casos mostram que o licenciamento tem sido muito fraco e inclusive com domínio inegável negável dos mineradores", diz.

"A lei de barragens é defeituosa. Ela facilitou demais os mineradores. São eles que dão a última palavra e no monitoramento. Eles se automonitoram", complementa o jurista.

ONGs devem intensificar a cobrança sobre o que chamam de risco de ocorrência de uma "fábrica de marianas". Nilo D'Ávila, do Greenpeace, afirma que o desastre joga o holofote sobre o governo, que terá de trazer uma resposta para o problema. "O licenciamento não é só uma etapa do empreendimento, mas é

parte dele. É o que vai garantir a saúde do ambiente, mas também das pessoas e do próprio negócio."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Ananda Portela

Título: 'Meio ambiente não é zoeira de esquerda', afirma FHC

Ex-presidente e outras personalidades usam as redes sociais para se manifestar sobre a tragédia em Brumadinho

Personalidades brasileiras usaram as redes sociais para comentar o desastre provocado pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. A tragédia - que figurou ontem pelo segundo dia entre os assuntos mais comentados do Twitter - mobilizou o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a modelo Gisele Bündchen e o jogador da seleção de futebol Neymar.

Pelo Twitter, FHC prestou solidariedade às vítimas e fez alerta ao governo: "Meio ambiente não é zoeira de esquerda: é respeito à vida das pessoas e do planeta", disse. "Que a tragédia de Brumadinho abra os olhos do governo", diz a mensagem do ex-presidente. "Solidariedade às vítimas, mais ação para o futuro."

No Instagram, Gisele Bündchen postou, acompanhada de uma foto própria, duas imagens com o antes e depois do avanço da lama. Ela também divulgou quais itens poderiam ser doados e os pontos de recolhimento em Minas Gerais.

Já Neymar publicou uma obra dos artistas plásticos Os Gêmeos. Na ilustração, uma família, afundada até a cintura na lama, aparece chorando em meio a casas soterradas. Acima, um engravatado despeja um balde de rejeitos sobre todos. A mesma imagem foi usada no perfil da jornalista e apresentadora da TV Globo Fátima Bernardes nas redes sociais.

"Não é desastre ambiental. É negligência, é ganância, descaso, é a certeza da impunidade. É cruel. É crime", escreveu a atriz Bruna Marquezine, no Instagram. Ela também divulgou informações sobre doações.

O ator Bruno Gagliasso publicou um vídeo que retrata uma correnteza de lama - as imagens, na verdade, não eram de Brumadinho. Horas depois, o ator compartilhou a foto de uma camiseta do Brasil suja de lama, com um poema na descrição. A atriz Fernanda Paes Leme e a cantora Maria Gadú também se pronunciaram nas redes em solidariedade.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 27/01/2019**Seção:** Política**Autor:** Marcelo da Fonseca**Título:** Busca por vítimas e por responsáveis

Brumadinho — Pouco mais de 24 horas depois de a notícia do rompimento de barragem na Mina do Córrego do Feijão estarrecer o país, que ainda tenta entender como um desastre desse tipo se repetiu, o número de mortos confirmados já era quase o dobro do registrado na tragédia de Mariana, em 2015, quando morreram 19 pessoas. O Corpo de Bombeiros localizou, até a noite de ontem, 34 corpos. Há 251 desaparecidos, considerando apenas os funcionários da Vale, responsável pela área de mineração. A médica Marcelle Porto Cangussu, que completou 35 anos na quinta-feira e trabalhava na Vale, foi a primeira identificada. Ao menos 23 vítimas estão hospitalizadas. A indignação nacional aumentou quando o conteúdo de uma reunião do Conselho Estadual de Política Ambiental sobre licenciamento para a barragem foi revelado.

O órgão foi alertado em 11 de dezembro sobre os riscos de rompimento da área de contenção, durante uma tensa discussão na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, com manifestação contrária da comunidade local por causa de possíveis abalos. Representantes do governo mineiro e das empresas aprovaram, por 8 votos a 1, com 1 abstenção, licença para dar continuidade às operações da Vale na Mina Córrego do Feijão. A Justiça de Minas bloqueou ontem mais R\$ 5 bilhões da Vale para despesas ambientais, após uma ação cautelar protocolada pelo Ministério Público Estadual. O Ibama multou a empresa em R\$ 250 milhões.

O procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sérgio Tonet, disse ontem que o objetivo do Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) é que os reparos não se arrastem em processos longos na Justiça, garantindo que as vítimas e pessoas lesadas pelo acontecimento sejam indenizadas o mais rápido possível. “Independentemente desse trabalho, que agora é coercitivo, nós vamos buscar a responsabilização integral e vamos cobrar da empresa, não só em juízo. Vamos tentar buscar resultados administrativamente”, afirmou, em Confins. A Vale apresentou, ao fim de novembro de 2018, uma petição atestando a segurança da barragem, com laudos e uma perícia de uma empresa externa. Mas, para Tonet, isso merece mais investigação, já que a estrutura cedeu. “Nós vamos buscar também, junto à Polícia Civil, uma responsabilidade criminal. Vamos provar que alguém errou, e já temos essa prova que vamos compartilhar”, destacou.

Em 2016, o MP-MG ajuizou ação para proibir o Estado de licenciar barragens de

mineração com “tecnologia assassina”, como definiu a construção de barragens pelo método de alteamento para a montante. Segundo o documento, a utilização da tecnologia em empreendimentos minerários no estado, considerada ultrapassada por especialistas e um dos fatores que geraram a fragilidade e o consequente rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, ocorria em 37 barragens mineiras, inclusive em Brumadinho. Na ação, o MP-MG ressalta que a construção de barragens seguindo essa técnica é, entre outras disponíveis, a que gera menos custos para o empreendedor, mas, ao mesmo tempo, a que implica mais riscos de rompimento e, consequentemente, de danos ambientais e sociais. “O mecanismo causou a ruptura de, pelo menos, quatro barragens: de Fernandinho (Itabirito), de Macacos (Nova Lima), a B1, da Herculano Mineração (Itabirito) e do Fundão (Mariana)”, aponta laudo do Centro de Apoio Técnico (Ceat) do MPMG.

A ansiedade em busca do nome de parentes e amigos na lista dos resgatados aos poucos se transformou em desespero para centenas de pessoas em Brumadinho. Os balanços da Defesa Civil e dos Bombeiros eram divulgados de hora em hora junto com informações das equipes de resgate que trabalhavam na área afetada pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão. O relato de que vários funcionários ficaram soterrados pela lama dentro de um ônibus deixou vários parentes agoniados. “Encontramos um ônibus com corpos dentro. Todos estão mortos. Era um veículo que transportava funcionários da empresa”, contou o porta-voz dos bombeiros, Pedro Aihara. O veículo estava em local de difícil acesso.

Apesar do pedido para que as pessoas em busca de informação ficassem no Centro do Conhecimento, um espaço da Vale onde foi montada estrutura de alimentação e com psicólogos para atender familiares e amigos de vítimas, muitos passaram o dia na porta do Gabinete de Crise, na porta da faculdade. A movimentação de helicópteros foi constante ao longo do dia, com 14 aeronaves atuando no resgate das vítimas. Após a confirmação de mais mortes e desaparecidos, o desespero aumentou para aqueles que esperavam alguma informação. “Meu cunhado foi fazer exame admissional ontem. A última vez que ele visualizou mensagens foi às 12h14, depois, não atendeu telefone nem olhou o celular. Ainda não temos informação nenhuma sobre ele”, contou Daniele Cristina Araújo.

A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou medida cautelar de urgência para que as empresas de telefonia forneçam a relação de assinantes dos celulares que estavam conectados às estações de radiobase (ERBs) que atendem às imediações da Mina de Córrego do Feijão entre a meia-noite de quinta-feira e a madrugada de ontem, num raio de 20 quilômetros do epicentro da tragédia. O pedido visa facilitar a identificação de pessoas que possam estar desaparecidas no local. As empresas informaram que vão fornecer as informações.

Por volta das 11h30, um alerta assustou a todos na área da tragédia, após equipes de resgate pedirem socorristas para evacuarem a área, devido à suspeita de rompimento em outra barragem da Vale. Segundo o coronel Almeida, dos Bombeiros, o alarme foi apenas um boato. “A barragem 6 da Mina está sendo drenada para evitar que aconteça um novo rompimento. Os engenheiros da empresa junto com os bombeiros fizeram um trabalho para dar vazão à água dessa barragem, de forma controlada”, disse coronel Almeida.

O presidente Jair Bolsonaro, que esteve em Minas para sobrevoar a área devastada ao lado do governador de Minas, Romeu Zema, publicou em sua conta no Twitter que o governo busca reduzir o sofrimento das vítimas e os riscos de novos acidentes. “Difícil estar diante de todo esse cenário e não se emocionar. Faremos o que estiver ao nosso alcance para atender às vítimas, minimizar danos, apurar os fatos, cobrar justiça e prevenir novas tragédias, como as de Mariana e Brumadinho, para o bem dos brasileiros e do meio ambiente”. Zema afirmou que “os protocolos e a legislação terão de ser revistos, porque essa barragem que rompeu era inativa, há anos que não recebia mais nenhum tipo de material. Vai ser necessário rever protocolos, porque não podemos ficar sujeitos a que esse tipo de coisa ocorra novamente”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/01/2019

Seção: Política

Autor: Rnan Damasceno Tiago Mattar

Título: Agonia de espera e dúvida

Brumadinho — Meio-dia, Centro de Apoio às Famílias. Depois do impacto da notícia do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, no início da tarde de sexta-feira, os familiares de desaparecidos aguardam a lista das pessoas que não responderam aos contatos das autoridades e da Vale, empresa responsável pela mina. A angústia, estampada no semblante de cada mãe, pai e irmão, aumentou quando um funcionário da empresa avisou que o horário da divulgação não seria cumprido. Um princípio de confusão se formou.

Com duas horas de atraso, as autoridades, enfim, divulgaram a lista. A partir daí, a comoção tomou conta do espaço improvisado na Região Central de Brumadinho. Várias famílias confirmaram o desaparecimento de seus parentes e precisaram ser abraçadas por uma corrente de voluntários. Médicos cuidavam das pessoas que constantemente passavam mal, psicólogos atendiam em outro espaço e até defensores públicos auxiliavam em questões jurídicas.

A alguns quilômetros dali, no vilarejo do Córrego de Barro, uma família consternada também aguardava pela lista e por notícias na casa de Dona

Conceição, de 84 anos. Ela não tinha informações sobre três netos, sobre o marido de uma das netas, além de outros dois parentes. “E eu pensando que seria a minha hora...”, disse Conceição, lamentando as ausências.

Maria Aparecida Almeida Rocha, uma das filhas de Conceição, esperava algum sinal do filho, o geólogo Luciano Almeida Rocha, de 39 anos, e do genro, André Luiz dos Santos, de 34. “É um vale de lágrimas”, lamentava, ao lado do marido, Adair Mendes Rocha.

Na casa, os primos se revezam no telefone em busca de alguma informação, de algum destino. “Desde 12h30 de sexta até agora, só angústia. Só tristeza. Até agora, notícia nenhuma. Só pelo telefone. Um fala uma coisa, outro põe outra. Fala que estava no hospital, no João 23, depois em Sarzedo, no Mater Dei de Betim. Procuramos e nada”.

Prejuízo

Além da tragédia humana, os reflexos ambientais também causam angústia nos moradores, especialmente aos que estão na beira do Rio Paraopeba. À reportagem, o aposentado José Moreira, de 61 anos, mostrou como seus pés de goiaba foram atingidos pelo mar de lama. Ele ainda expressou preocupação com contaminação e possíveis enchentes.

“A gente já espera as contaminações que vão vir pela frente. Os pés de goiaba acabaram, os peixes todos acabaram. Não existe mais peixe no Rio Paraopeba. Agora, o futuro que vai dizer. A sensação é de destruição”, lamentou.

“Esse barulho que estamos ouvindo agora, desde o rompimento, só aparecia quando estava chovendo, porque aí o Rio Paraopeba sobe. Meu medo agora é dar enchente, porque vai assorear o rio. Com essa lama, vai gerar doenças, principalmente as de rato, que são as mais perigosas”, complementou o fazendeiro, preocupado com o futuro.

No meio de um turbilhão de emoções, a voluntária Simone Esteves tentava consolar uma das dezenas de famílias que se juntaram desde sexta-feira no centro de apoio, montado próximo à Unidade de Pronto Atendimento de Brumadinho. Ao saber do desastre do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, ela, Laura e Juliano Colombini (pai e filha) saíram de Nova Lima para consolar espiritualmente as vítimas.

“Num momento desses, eles estão entregues a um abraço, a uma palavra de conforto, oração. Eles querem apenas abraçar e chorar, desabar em lágrimas”,

conta Simone. Os três fazem parte da pastoral da acolhida da comunidade do Bom Jesus do Vale.

Ter fé na vida é a rotina de quem espera desde sexta-feira a atualização da lista de desaparecidos. A cada nova lista, pais, mães, esposas, filhos saem em prantos. Alguns desmaiam, outros tentam recobrar o fôlego nas cadeiras, consolados por voluntários identificados por uma placa improvisada de “posso ajudar?”. Camisas com a escrita “fé” e terços nas mãos estão por todos os lados.

Antes de servir o almoço, um dos voluntários organizou um círculo e, de mãos dadas, todos rezaram o Pai-Nosso e uma Ave-Maria. “Que nós não percamos nossa fé”, disse, ao encerrar a oração. No salão barulhento e com grande fluxo de pessoas, as famílias experimentaram um raro momento de silêncio, paz e conforto.

Novo risco preocupa

Mesmo com a tragédia em Brumadinho, as autoridades e a Vale demonstram preocupação com o rompimento da outra barragem que fica no local. A Barragem 6 é formada por água com capacidade de 1 milhão de metros cúbicos. O ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Henrique Canuto, colocou como prioridade o monitoramento da estrutura pela Defesa Civil para checar sua estabilidade.

“Vamos melhorar procedimentos para evitar nova tragédia humana”, afirmou o ministro. Uma nova ruptura na região deve criar um dano ainda maior para o meio ambiente. A Vale informou que está realizando a drenagem da Barragem 6 com o uso de bombas, para diminuir a quantidade de água.

O monitoramento está sendo realizado a cada uma hora, juntamente com a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros. O rompimento da barragem 1 fez com que transbordasse a água da outra estrutura.

A Vale também comunicou que equipes da companhia trabalham desde a última sexta-feira, “ininterruptamente”, junto com os órgãos competentes, no apoio ao resgate das vítimas. A Defesa Civil orientou que as pessoas das áreas atingidas ainda não retornem às suas casas e que procurem o centro de acolhimento, com prioridade para a Estação Conhecimento de Brumadinho.

“A prioridade máxima da Vale, neste momento, é apoiar nos resgates e atendimentos às vítimas para ajudar a preservar e proteger a vida de empregados, próprios e terceiros, e das comunidades locais”, informou, em nota.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 27/01/2019****Seção: Política****Autor: Matheus Parreira****Título: Trabalho de resgate é extenuante e lento**

Brumadinho — O deslocamento é penoso. Um labirinto de passagens por trilhas, matas, pastos, estradas interrompidas e vias com lama na altura dos joelhos. Não bastasse o terreno difícil, o trabalho dos socorristas voluntários, que vasculham a lama e os rejeitos que se desprenderam da Barragem do Córrego do Feijão atrás de vítimas, é extremamente lento, percorrendo setor por setor do espaço destruído, onde possa ainda ser encontrada alguma vítima presa a escombros ou o corpo de um atingido para que sua família possa se despedir com respeito. No meio disso tudo, a chuva no fim da tarde de ontem só ampliou as dificuldades, tornando a lama ainda mais instável e trazendo mais temor de outros rompimentos. Ontem, a reportagem acompanhou o perigoso trabalho de três brigadas de 20 voluntários, de Casa Branca e da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), em Ibirité.

Para chegar até a área devastada onde funcionava a Pousada Nova Estância, foi preciso descer por uma trilha aberta na mata fechada. Depois de cerca de um quilômetro pelo matagal, abre-se uma baía formada pelos rejeitos cor de barro, que tornaram aquele vale uma planície nivelada e líquida. Com bastões e cajados, os socorristas sondam o terreno, para não caírem numa fenda ou buraco encoberto pela lama movediça. Isso não impede que se afundem até a altura dos joelhos.

“Chegar aos locais necessários é a nossa maior dificuldade. Falta também muita estrutura. Só se consegue chegar aos pontos necessários por via aérea. Foi tudo muito rápido e ainda falta orientação. Vejo que há certa dose de afobação e o resgate, para ser seguro e de boa qualidade, precisa ser metódico”, disse Janaína Pinheiro, da Equipe Guará, de brigadistas de Casa Branca.

A lama, que soterrou corpos e casas, esconde muitas armadilhas. Vidros de janelas quebradas, vergalhões de aço retorcidos de paredes e muros, arames farpados de cercas rompidas e fragmentos de estruturas destruídas podem ferir as pessoas que buscam pelos atingidos.

Um dos líderes do grupo de socorristas, Ronnie Gibson, coordenador da Equipe Carcará de brigadistas de Casa Branca, prevê um trabalho ainda muito árduo pela frente. “A lama ainda está muito líquida, muito mole. Isso impede a gente

de se deslocar com agilidade e não permite também trabalhos mais elaborados de resgate que exijam escavação, por exemplo. Mas a dificuldade maior que vejo é a falta de pessoal para percorrer todo o espaço onde podem estar as pessoas atingidas. Terá de ser feito por (trabalhadores) especializados. Não dá para pessoas despreparadas entrarem nesse cenário, ainda que com boa vontade”, considera.

Na sexta-feira, o grupo dele conseguiu localizar um corpo próximo ao pontilhão férreo, que foi destruído pela força da avalanche de lama que desceu da barragem rompida. “Nós localizamos e passamos essas coordenadas para o Corpo de Bombeiros resgatar. Não dava para ver se era um homem ou uma mulher, porque estava bem no meio do lamaçal”, disse.

No local onde estava a Pousada Nova Estância, o grupo conseguiu localizar parte de uma moradia que poderia ser habitada. Duas lajes escoradas poderiam conter uma vítima, mas a lama sobre a estrutura de metal e cimento impedia sua abertura. “Há muitos indícios de que possa ter alguém aqui. Achamos roupas de cama, travesseiros, secadores de cabelo e outros objetos que demonstram a possibilidade de haver alguém aqui”, observou Ronnie.

Com o peso extra da lama, o grupo não conseguiu separar as duas seções de lajes, mesmo com alavancas feitas com mourões de cercas e troncos derrubados pela força da avalanche de rejeitos. Outra solução tentada foi trazer jipes com tração nas quatro rodas para puxar as peças e separá-las.

Refúgio turístico

Coberta pela lama, a Pousada Nova Estância era um local que prometia tranquilidade, sobretudo para pessoas que queriam mais dias para explorar o Museu do Inhotim. Personalidades como o ator Wagner Moura já se hospedaram nas instalações. “Aqui na região todo mundo tinha alguma relação com a Pousada. Eu mesmo trabalhei lá por três anos. Os hóspedes gostavam do atendimento, da prosa com quem cuidava da Pousada. No dia, ninguém teve tempo para nada. Foi tudo muito rápido”, disse Warley de Souza, de 27 anos. O sossego era a maior propaganda do empreendimento, que dizia em suas redes sociais ser um local “rodeado por bosques nas montanhas de Brumadinho”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/01/2019

Seção: Política

Autor: Bernardo Bittar

Título: Punição e novas vistorias

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, afirmou que o governo vai implementar medidas para evitar que tragédias como a de Brumadinho (MG) voltem a acontecer. “É importante e urgente que as barragens que oferecem maior risco, no Brasil inteiro, sejam vistoriadas. Assim, vamos antecipar, na medida do possível, novos acidentes”, disse. A decisão foi tomada na primeira reunião do Conselho Ministerial de Supervisão de Respostas a Desastre.

Após o encontro, o ministro André Mendonça, da Advocacia-Geral da União (AGU), afirmou que “o responsável (pela tragédia) é a Vale. Se existe algum responsável é a Vale do Rio Doce”, detalhou, pedindo a implementação de medidas mais duras com relação à mineradora. “Nenhuma medida está descartada, mas estamos trabalhando alinhados com os órgãos técnicos para que medidas sejam tomadas trazendo o máximo de ressarcimento e reparação para as vítimas e para o meio ambiente”.

Heleno detalhou que “não haverá superposição de esforços. Cada ministério assumirá um papel definido, analisando sua responsabilidade nas ações de governo”. Para o general, o governo de Minas Gerais tem atuado de maneira competente sem intervenção federal. Portanto, a princípio, não será enviada ajuda humanitária. “Temos recordação da situação anterior, lá de Mariana (MG). A prefeitura de Brumadinho e o governo de Minas Gerais têm condições de atender às necessidades”.

A procuradora-geral, Raquel Dodge, ressaltou a urgência de investigações. “Certamente há um culpado ou mais de um culpado e o Ministério Público precisa trabalhar de uma forma adequada, sem espetacularização, mas firmemente, na busca dos responsáveis por essa tragédia”, afirmou a jornalista. Em resposta, o general Heleno disse que: “os órgãos ligados ao Ministério Público vão trabalhar para que as providências sejam tomadas no mais curto prazo”. O ministro do GSI complementou: “encontrar o culpado é responsabilidade do MP”.

Reforço

O país ganhará reforços de um avião israelense com equipes e equipamentos para ajudar nas buscas. De acordo com a Embaixada de Israel, cerca de 120 homens, cachorros treinados para situações de crise e equipamentos para escanear corpos a até quatro metros de profundidade estão sendo enviados ao Brasil.

Uma medida implementada às pressas foi a federalização das investigações, que agora serão conduzidas pela Polícia Federal (PF). O motivo é que a área atingida pelos rejeitos da barragem deságua no rio São Francisco, que pode ser

contaminado. “O São Francisco passa por vários estados brasileiros, o problema é uma epidemia”, disse um integrante da corporação.

Pelo Twitter, o presidente Jair Bolsonaro, que sobrevoou a área afetada, disse estar emocionado e prometeu tentar minimizar os danos causados pelo desastre. Bolsonaro falou que vai apurar os fatos para prevenir novas tragédias, como a de Brumadinho e a de Mariana — quando outra barragem rompeu no interior mineiro, em 2015, deixando 19 mortos.

“Difícil ficar diante de todo esse cenário e não se emocionar. Faremos o que estiver ao nosso alcance para atender às vítimas, minimizar os danos, apurar os fatos, cobrar Justiça e prevenir que novas tragédias como as de Mariana e Brumadinho, para o bem dos brasileiros e do meio ambiente”, escreveu na rede social. Segundo o gabinete de crise, “o presidente não pousou no local para não atrapalhar o resgate das vítimas. A descida da equipe presidencial faria com que alguns helicópteros de salvamento tivessem que se afastar”.

Penalidades

Depois de ter R\$ 1 bilhão bloqueados a pedido do governo de Minas Gerais, a Vale terá mais R\$ 5 bilhões retidos por uma nova decisão judicial, obtida desta vez em ação do Ministério Público de Minas Gerais. De acordo com o MP, os recursos são para garantir a adoção de medidas emergenciais em defesa do meio ambiente.

A ação foi anunciada pelo procurador-geral de Justiça Antônio Sérgio Tonet, que informou, após participar de reunião com o governador Romeu Zema (NOVO), o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e um grupo de trabalho que ingressou com uma medida cautelar pedindo o bloqueio dos recursos.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) multou a mineradora Vale em R\$ 250 milhões em razão do rompimento de uma barragem com rejeitos de mineração em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte. Em Mariana (MG), no maior desastre ambiental do país, as multas aplicadas pelo Ibama à mineradora Samarco somaram R\$ 345 milhões.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/01/2019

Seção: Política

Autor: Hamilton Ferrari

Título: ENTREVISTA / Antônio Souza Prudente

Assim como ocorreu em Mariana em 2015, a tragédia de Brumadinho não ocorre pelo “acaso”, segundo o desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região — corte que tem jurisdição sobre Minas Gerais. Durante o fim de semana, ele participou de congressos internacionais na Europa, nos quais discursou sobre necessidade de exercer o princípio da precaução de destruições, que os empreendimentos podem causar. “Exatamente o que ocorreu em Minas Gerais”, diz. O Brasil peca no monitoramento das estruturas que podem causar grande impacto no meio ambiente. E, segundo ele, a flexibilização de licenciamentos pode gerar ainda mais desastres.

Como a Justiça poderá ajudar nesse caso da tragédia de Brumadinho?

O poder Judiciário só age quando é provocado pelos órgãos competentes, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, ou por qualquer cidadão. A Justiça tem ajudado a resolver essas questões, mas lamentavelmente apenas quando o desastre já aconteceu, como ocorreu em Mariana. Essa não é a melhor solução. É preciso agir na fase de possíveis ameaças ao meio ambiente. Por isso a importância do constante monitoramento.

No caso, há possibilidade de negligência?

Nada há de acaso. Tudo isso é resultante de manifesta negligência. Falta saber se é negligência consciente ou inconsciente. Eu me inclino a acreditar que é plenamente consciente, porque as pessoas responsáveis e as empresas que lidam com esses empreendimentos têm o dever de conhecer a legislação. A companhia tem um corpo jurídico competente para isso e precisa respeitar as leis, sob pena de ser caçado o licenciamento.

Também houve omissão do setor público? Quem deveria ser responsabilizado?

O primeiro que se omite é o empreendedor, mas o estado também deveria estar aparelhado para fiscalizar as práticas dos empresários. De acordo com a Constituição, todos aqueles que causam danos ao meio ambiente devem ser penalizados civil e criminalmente. Quem deve ser responsabilizado, então? Os empresários que dirigem a mineração e os agentes públicos que foram omissos, que emitiram licenças e não exigiram monitoramento.

O que a legislação diz sobre práticas de impacto ao meio ambiente?

As resoluções do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) regula que, entre outras, a mineração é uma atividade impactante e que exige rigoroso estudo prévio de efeito no meio ambiente, assim como prevê a Constituição. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de

uso comum e como essencial à qualidade de vida dos cidadãos, impondo-se ao Poder Público o dever de preservar e defender a natureza.

Na prática, o que as autoridades públicas devem fazer?

Têm que vigiar e fiscalizar qualquer atividade impactante que tenha significativo efeito no meio ambiente, ordenando a realização de estudo prévio para obter uma licença. Só que no Brasil não se cumpre a legislação ambiental nem a Constituição. O governo federal também já anunciou que pretende flexibilizar ao máximo o licenciamento, seguindo o discurso da bancada ruralista e do agronegócio, sem pensar no bem-estar das gerações presentes e futuras. Então, Deus e a natureza dão resposta imediata a esse governo e àqueles que procuram o faturamento, sem se preocupar com o desenvolvimento sustentável.

O senhor acredita que haverá uma punição mais dura nesse caso?

As multas que o Ibama aplica e as exigências judiciais não resolvem o desastre. São medidas paliativas, pode-se dizer. O que nós queremos é o respeito à legislação ambiental mundial e ao que é tratado nas convenções internacionais de preservação da natureza. É preciso a defesa de um meio ambiente equilibrado e um estado com rigorosa observância do ordenamento jurídico de cada país. O governo atual demonstra querer administrar por decretos, como tem feito no início do ano e revogando, por exemplo, o estatuto do armamento por meio desse dispositivo. É preciso uma discussão da legislação, porque estamos caminhando para uma situação de grave perigo. Não vale no Estado de Direito a voz do príncipe, mas, sim, a voz do povo sendo representado no parlamento.

No caso das vítimas, como deve ser o procedimento de indenizações e amparo?

Só resta o triste caminho, que é buscar suas indenizações perante o Judiciário competente, por meio de advogados e Defensoria. O direito ao meio ambiente sadio rompe com as barreiras do tempo. É um direito intergeracional que vale para sempre. Já houve notícias mal intencionadas de que as ações de indenizações de Mariana estavam prestes a prescrever. Por isso é importante dizer que não prescreve ação em indenização embasada no direito ao meio ambiente equilibrado.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 27/01/2019****Seção: Política****Autor: Luiz Ribeiro Thiago Madureira****Título: Alertas ficaram sem resposta**

Não faltaram alertas nem recomendações de ambientalistas e associações de moradores, mas eles foram ignorados. E a área da barragem que se rompeu na sexta-feira, em Brumadinho, ainda estava prestes a ver uma intensificação na atividade de exploração mineral de ferro. A Vale pediu, e o Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas (Semad), aprovou, em 11 de dezembro, a licença para que a empresa ampliasse a capacidade produtiva da Mina de Jangada e da Mina Córrego do Feijão, estruturas vizinhas, dos atuais 10,6 milhões de toneladas por ano para 17 milhões de toneladas por ano. A votação no Copam só teve um voto contrário entre os nove conselheiros que decidiram a questão, mas o risco na região de Brumadinho foi citado em uma ata da reunião extraordinária do órgão ambiental que aprovou a mudança pedida pela Vale.

Ambientalistas apontam uma série de problemas na análise do projeto, como a falta de um mapeamento detalhado dos impactos do novo empreendimento, principalmente na bacia hidrográfica do Paraopeba, cujas águas complementam o abastecimento da capital, Belo Horizonte, além de cerca de 50 cidades da região metropolitana e do entorno. A tramitação do pedido se beneficiou ainda de uma mudança em uma deliberação normativa que reduziu as exigências para intervenções de grande potencial poluidor e degradante.

O único voto contrário à aprovação partiu da ambientalista Maria Teresa Corujo, a Teca, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc). Além dela, votaram representantes da mineradora e do governo do estado. Segundo Maria Teresa, a análise do pedido de ampliação das atividades na mina da Vale foi feito às pressas. “Não foi apresentado um balanço hídrico completo, de quais seriam os reais impactos nas águas do local e do entorno”, disse. “Aquela área já precisa, muitas vezes, de caminhão-pipa para ser abastecida.” Falta no estado, afirmou Teca, esforço maior para aprovar legislação mais rigorosa para segurança de barragens. “Desde o ano passado, temos cobrado, na Assembleia Legislativa, a aprovação do projeto de lei de segurança de barragens”, contou. Para a aprovação, a classificação de risco do empreendimento foi reduzida de 6 — dada historicamente ao local — para 4. Além disso, o licenciamento foi dado em uma só fase de análise, diferentemente das três que costumam nortear as decisões: licença prévia, instalação e operação.

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, o superintendente da Superintendência de Projetos Prioritários (Suppri), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Rodrigo Ribas, disse que o rebaixamento do projeto da barragem Brumadinho, da classe 6 para a 4, ocorreu apenas por uma questão técnica, resultado de uma mudança em uma lei estadual que alterou os critérios de classificação dos empreendimentos. Uma das diferenças da classe 4 para a 6, segundo ele, diz respeito ao custo geral do licenciamento, mais barato para a menor classificação.

Pedido

Para os moradores, o risco da exploração de minério na Serra do Rola-Moça sempre foi motivo de preocupação. E o temor cresceu depois de 11 de dezembro, quando a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad) aprovou licença de ampliação e capacidade produtiva do complexo das minas da Jangada e do Córrego do Feijão. Em reação, a Associação Comunitária da Jangada apresentou um recurso no governo do estado em 10 de janeiro para anulação da licença.

A presidente da Associação Comunitária da Jangada, Carolina de Moura, vê falta de transparência no projeto. “O que a gente pode afirmar é que os estudos de impactos são insuficientes”, frisou. “Esse projeto apresentado fala, inclusive, em mexer nessa barragem que se rompeu. Eles queriam fazer o aproveitamento do minério que está em meio ao rejeito e descomissionar a barragem, que era o grande passivo da mineração na região.” Segundo Moura, a associação não recebeu resposta do poder público sobre a solicitação da recusa da licença.

O Estado de Minas teve acesso ao documento de ampliação da exploração da área. É possível observar que a Vale tinha o objetivo de operar na barragem que se rompeu, conforme o seguinte trecho: “Recuperação de finos da barragem I e VI da mina Córrego do Feijão”. A barragem, inclusive, era uma das que estavam contempladas pela Vale em um programa de barragens de 2009. “Esse programa de barragem é um projeto antigo, que previa a manutenção dessa estrutura. Cheguei a questionar o presidente da Vale em uma assembleia de acionistas sobre esse projeto, a gente alertou sobre a importância desses recursos”, disse Moura.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/01/2019

Seção: Política

Autor: Junia Oliveira

Título: "Aposentadoria" pode ter sido gatilho

Os trabalhos para a “aposentadoria” da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, podem ter contribuído para o rompimento. Por meio de nota, a Vale afirmou que estava “em desenvolvimento o projeto de descomissionamento da mesma”, ou seja, de desativação. No fim do ano passado, a Vale recebeu licença para o reaproveitamento dos rejeitos no local e para o encerramento das atividades. Na avaliação de especialista, essa é mais uma de várias outras tragédias a que Minas Gerais vai assistir nos próximos anos. A grande preocupação agora é com as áreas minerárias de Congonhas, na Região Central do estado.

De acordo com a Vale, a barragem tinha como finalidade a deposição de rejeitos provenientes da produção. “A mesma estava inativa (não recebia rejeitos), não tinha a presença de lago e não existia nenhum outro tipo de atividade operacional em andamento”, afirma a nota. Ainda de acordo com a empresa, a barragem foi construída em 1976, pela Ferteco Mineração (adquirida pela Vale em 27 de abril de 2001), pelo método de alteamento a montante. Trata-se de um método em que vários degraus são erguidos contra o talude ou contra a parede da estrutura que dá sustentação à barragem, à medida que a quantidade de rejeitos aumenta. A altura da barragem era de 86 metros, o comprimento da crista, de 720 metros. Os rejeitos dispostos ocupavam área de 249,5 mil metros quadrados, e o volume disposto era de 11,7 milhões de metros cúbicos.

A mineradora voltou a afirmar que a barragem tinha declarações de estabilidade, “emitidas em 13/6/18 e em 26/9/18, referentes aos processos de Revisão Periódica de Segurança de Barragens e Inspeção Regular de Segurança de Barragens, respectivamente”. Acrescentou que o local tinha “fator de segurança de acordo com as boas práticas mundiais e acima da referência da norma brasileira. Ambas as declarações de estabilidade mencionadas atestam a segurança física e hidráulica da barragem”. E que passava por inspeções de campo quinzenais. A mineradora ainda não sabe dizer os motivos para o ocorrido.

Professor da Universidade Federal de Itajubá (Unifei) e de pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o engenheiro hidráulico Carlos Barreira Martinez disse que é arriscado falar na hipótese, mas que é possível sim, que o processo de descomissionamento tenha sido gatilho para o desastre. “Quando passa com caminhões em área que contém mistura de água e rejeito muito fino de minério, somado à sobrecarga, causa a liquefação do material e pode funcionar como gatilho para desestabilização e rompimento estrutural. Mas, tudo tem de ser investigado”, ressaltou.

Outro ponto grave considerado pelo engenheiro é o fato de o escritório estar localizado embaixo da barragem. “É um potencial de dano enorme. Como a empresa coloca os funcionários embaixo de tudo? É uma arapuca. Puxou o gatilho, a arapuca cai”, afirmou.

Para o especialista, duas atitudes poderiam diminuir os riscos. A primeira seria ter seguido a Lei de Segurança de Barragens; e a segunda, ter colocado o Exército para participar do processo de segurança, inclusive na fiscalização.

Passivo

O engenheiro hidráulico e professor Carlos Barreira Martinez estima situações ainda piores do que a que aconteceu em Brumadinho. “Não vai mudar. Vamos ter acidente muito pior daqui a dois ou três anos. Temos centenas de estruturas com problemas no país e estamos criando um passivo atrás do outro. E o grande passivo na área de mineração está em Minas Gerais.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/01/2019

Seção: Política

Autor: Junia Oliveiraq

Título: GDF envia ajuda para as buscas

Após manter conversas com representantes do governo de Minas Gerais, o governador Ibaneis Rocha decidiu enviar ontem quatro cães farejadores e 12 homens do Corpo de Bombeiros para ajudar nas buscas de desaparecidos, após o rompimento da barragem, em Minas Gerais. A Secretaria de Segurança Pública e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal estão mobilizados em solidariedade à população sobrevivente da região. O secretário de Segurança Pública, Anderson Torres, adiantou que as forças de segurança do DF estão de sobreaviso e, se for necessário, mais ajuda seguirá para Minas Gerais. “Estamos solidários com os mineiros neste momento de perdas irreparáveis para as famílias da região de Brumadinho. Da nossa parte, posso assegurar, por determinação do governador Ibaneis Rocha, que as forças de segurança estão à disposição para ajudar os mineiros no que for preciso para superarem mais esta tragédia”, disse o secretário. Na próxima semana, serão enviados cães farejadores da Polícia Militar para ajudar na missão de resgate de corpos. O governador Ibaneis Rocha afirmou ainda que toda ajuda necessária será prestada. “Nesta hora de dor, prestamos nossa solidariedade às famílias das vítimas e estamos procurando ajudar no que pudermos. Estamos em contato permanente com o governo de Minas Gerais e colocamos toda nossa estrutura à disposição. Nosso secretário de segurança, Anderson Torres, está conduzindo

a operação em conjunto com o governo mineiro para oferecer o que for necessário”, declarou o governador.

Caminho penoso

O deslocamento é penoso. Um labirinto de passagens por trilhas, matas, pastos, estradas interrompidas e vias com lama na altura dos joelhos. Não bastasse o terreno difícil, o trabalho dos socorristas voluntários, que vasculham a lama e os rejeitos que se desprenderam da barragem atrás de vítimas, é extremamente lento. Eles percorrem setor por setor do espaço destruído, onde possa ainda ser encontrada alguma vítima presa a escombros ou algum corpo.

No meio disso tudo, a chuva, ontem, só ampliou as dificuldades, tornando a lama ainda mais instável e provocando mais temor de outros rompimentos. Ontem, a reportagem acompanhou o perigoso trabalho de três brigadas de 20 voluntários, de Casa Branca e da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), em Ibirité.

Para chegar até a área devastada onde funcionava a Pousada Nova Estância, foi preciso descer por uma trilha aberta na mata fechada. Depois de cerca de um quilômetro pelo matagal, abre-se uma baía formada pelos rejeitos cor de barro, que tornaram aquele vale uma planície nivelada e líquida. Com bastões e cajados, os socorristas sondam o terreno, para não cair numa fenda ou num buraco encoberto pela lama.

A lama, que soterrou corpos e casas, esconde muitas armadilhas: vidros de janelas quebradas, vergalhões de aço retorcidos de paredes e muros e arames farpados de cercas rompidas.

Um dos líderes do grupo de socorristas, Ronnie Gibson, coordenador da Equipe Carcará de brigadistas de Casa Branca, prevê um trabalho mais árduo pela frente. “A lama ainda está muito líquida, muito mole. Isso impede a gente de se deslocar com agilidade”, contou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Otávio Augusto

Título: Roubo em oleodutos dispara no país

Um crime que prejudica a oferta de combustíveis, como a gasolina, tem aumentado drasticamente no Brasil. A perfuração de oleodutos para roubo subiu 1.850% em quatro anos, de acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), feito a pedido do Correio. Somente no ano passado, 195 ataques foram registrados pelo órgão. Em 2015, houve 10 ocorrências.

A ação de bandidos preocupa distribuidoras e especialistas, que alertam para o risco de desabastecimento e o impacto no preço para o consumidor final. Os números, porém, podem ser ainda maiores. É de responsabilidade das distribuidoras comunicar os roubos, por isso, as estatísticas da ANP podem diferir das contabilizadas pelas empresas e pelos governos estaduais, pois não há padronização.

Em Pernambuco, por exemplo, foram registradas 31 ocorrências de roubos de combustível. Já em Mato Grosso, houve um aumento de 30%: subiram de 103 ocorrências para 134, no mesmo período.

A Transpetro, subsidiária da Petrobras e uma das maiores empresas do mercado, registrou, em 2018, 261 casos de furtos ou de tentativas em todo o país. O problema é mais grave em São Paulo e no Rio de Janeiro, segundo a empresa. Os dutos paulistas sofreram 151 investidas de bandidos, o que representa 58% do total. Já os fluminenses foram alvos 69 vezes — 26% dos furtos. Neste ano, a ANP contabilizou oito roubos.

Há 15 dias, Brasília assistiu a postos desabastecidos e com preços mais altos de combustíveis após um furto no oleoduto (leia Memória). No fim do ano passado, um incêndio atingiu um oleoduto da Transpetro em São Paulo durante operação de reparo, após uma tentativa de furto. Dias antes, 60 mil litros de óleo vazaram na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, depois de um ataque de bandidos. Prejuízo ambiental incalculável. Até companhias aéreas são impactadas pelo crime. Em fevereiro de 2018, voos foram cancelados porque bandidos furtaram 15 mil litros de querosene de avião de um oleoduto que abastece o Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo.

A expansão desse tipo de crime tem dado dor de cabeça à ANP. Um dos alertas da agência é que em 2015 10 casos de perfurações de dutos foram identificados. “A ANP tem acompanhado essa evolução e conversado com os transportadores responsáveis pelos dutos sobre o que pode fazer para reduzir as derivações clandestinas”, explica a agência, em nota.

Danos

As companhias que são vítimas de furto de óleo e derivados dizem que o transporte de combustíveis por dutos é seguro e eficiente, desde que não ocorram investidas criminosas. “A Transpetro tem como maior preocupação a segurança das pessoas e do meio ambiente, pois intervenções criminosas nos dutos podem trazer riscos, como vazamentos, incêndios e explosões”, explica, em nota, a subsidiária da Petrobras. Uma das recomendações da empresa é a denúncia pelo telefone 168 ou pelo WhatsApp (21) 99992-0168.

A Shell opera 68 terminais de distribuição em todo o país. A empresa não divulga o número de ataques, mas os casos fizeram com que a companhia adotasse um protocolo de emergência e investisse em monitoramento 24 horas. “Caso seja identificado qualquer desvio, perfuração ou danificação no duto de nossa responsabilidade, o bombeio é paralisado imediatamente. Equipes de contenção são acionadas e enviadas ao local para verificação do ocorrido e a extensão de possíveis danos”, acrescenta a empresa, em nota.

A Ipiranga não opera dutos de combustível de longa distância, mas também é afetada pelos crimes. “Acompanhamos as intercorrências com atenção, devido aos riscos envolvidos, tanto de eventuais acidentes, já que os dutos possuem produtos combustíveis, quanto de desabastecimento. A orientação para pessoas que moram próximo a dutos é de que, em caso de movimentações estranhas, denunciem imediatamente”, adverte, em comunicado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Otavio Augusto

Título: Postos a serviço do crime

O roubo em oleodutos degradingola o mercado de combustíveis. Parte da carga levada por bandidos é distribuída a postos que vendem gasolina adulterada, não pagam impostos, não respeitam a legislação trabalhista e, em alguns casos, estão a serviço de organizações criminosas. Em São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (PCC) controla cerca de 25% dos estabelecimentos, segundo uma fonte ouvida pelo Correio, que fez um trabalho de consultoria para o governo estadual. A situação sai de controle de tal maneira que, em determinados endereços, fiscais do governo não atuam.

O Executivo paulista não comenta a atuação do PCC no mercado. Contudo, o estado passou a cruzar informações e a intensificar as operações de inspeção. Lá, funcionam 8,5 mil postos varejistas de combustíveis. No ano passado, a Secretaria da Fazenda e Planejamento fez 3.500 verificações fiscais — 41% do total. Segundo a pasta, todas as regiões do estado foram vistoriadas pelos 1,5

mil agentes.

Fiscalização

Em nota, a secretaria frisa que, em 2018, foram coletadas amostras de combustíveis em mais de 600 postos, resultando na cassação de 37 permissões de funcionamento. “O ano encerrado também se notabilizou pela utilização intensa do cruzamento de informações digitais para fiscalização desses estabelecimentos”, ressalta o texto.

A secretaria está investigando a utilização de postos para emissão irregular de notas fiscais, o que causou um prejuízo estimado em R\$ 200 milhões aos cofres paulistas no ano passado. “Os resultados parciais da Operação Combustão indicam a cassação de 53 postos varejistas, sendo cobrados, até o momento, R\$ 218 milhões em impostos, multas e juros”, informa a nota. (OA)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Otávio Augusto

Título: Em Brasília, tubulações provocam apreensão

Na capital federal, esse tipo de tubulação passa por locais de grande movimentação, como Setor de Inflamáveis, próximo à Cidade Estrutural; Rodoviária Interestadual; e Zoológico, além de cortar vias importantes, como EPTG e EPIA.

Para quem mora ou trabalha perto de dutos, fica a sensação de ameaça a qualquer momento, com o aumento da criminalidade. “Quando se trata de material químico e inflamável, sempre há uma insegurança. Não sabemos o que pode acontecer em caso de uma violação”, pondera o corretor de imóveis Manoel Rodrigues Paes Landim, 59 anos, morador de Ceilândia.

Para a esposa dele, que faz estágio na sede da Defensoria Pública, no SIA, a proximidade não é saudável. “Muita gente circula por aqui, há casas, comércio. Ficamos com medo. Esse tipo de estrutura deveria ficar em áreas isoladas. No caso do Setor de Inflamáveis, a Cidade Estrutural está muito próxima”, ressalta a estudante de direito Dulcilene Mendes da Silva, 45.

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), acredita que a falta de fiscalização e o imposto alto incentivam o aumento do crime. “Em média, no Brasil, um litro de gasolina tem 50% de imposto. A quadrilha rouba, mas alguém compra e tem lucro. É muito dinheiro envolvido. Os distribuidores clandestinos e os postos que compram ganham muito dinheiro. Isso gera o ciclo

vicioso e faz as perfurações estarem num ritmo assustador”, explica.

A vendedora ambulante Ana Celeste, 39, concorda. Ela monta sua barraca de guloseimas há 10 anos no mesmo local, no SIA, nas imediações da sede da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Lá, a rua é cercada por placas que sinalizam os dutos. “Quando comecei a trabalhar aqui, não sabia do perigo. Um caminhoneiro que me contou. Hoje, tenho receio. Acho que deveria ser mais fiscalizado e monitorado. Imagina uma tragédia no meio da cidade?”, questiona. (OA)

Memória

Ataque e prejuízo

Um furto no oleoduto Osbra, que liga a Refinaria de Paulínia, no interior de São Paulo, ao Terminal de Brasília — responsável por distribuir combustível para DF e Goiás —, fez com que postos ficassem sem combustível, e os preços aumentassem. A tubulação ficou quatro dias sem funcionar. Como resultado, a gasolina ficou até R\$ 0,66 mais cara em alguns postos. Bandidos perfuraram o duto em Araras, distante quase 840km do DF. O ataque à tubulação que abastece DF e Goiás ocorreu dois dias antes de a Polícia Militar de São Paulo descobrir um túnel de seis metros escavado no interior paulista. Cinco integrantes de uma quadrilha foram presos durante a tentativa de furto. Com o grupo, a polícia encontrou mais de R\$ 1,6 mil e nove celulares. A polícia apreendeu duas pás e alguns galões vazios que seriam usados para armazenar o combustível.

Em ascensão

*Veja o número de roubos em leoduto em quatro anos**

Ano - Roubos

» 2015 - 10

» 2016 - 28

» 2017 - 187

» 2018 - 195

» 2019** - 8

*A agência calcula somente roubos

**Até 22 de janeiro / Fonte: ANP

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 27/01/2019**Seção:** Opinião**Autor:** Ana Dubeux**Título:** O crime de Brumadinho

Reza o ditado popular algo assim: Ou se aprende no amor ou se aprende na dor. Mas o Brasil parece não aprender de jeito algum. E quem é o Brasil? Neste caso, as autoridades que exercem cargos públicos, os políticos, a Justiça que não pune como deveria. Embora com distintas responsabilidades, há uma cadeia de (ir)responsáveis. O rompimento de mais uma barragem, em Minas Gerais, não é a repetição de uma tragédia, nem de um erro da Vale, terceira maior empresa do país. É a reincidência de um crime; na verdade, de vários crimes. Omissão, ambição, ganância, descaso com a natureza, falta de fiscalização. O preço é a vida humana, sempre em risco. Nove mortos e mais de três centenas de desaparecidos (enquanto escrevo). Famílias devastadas. Uma comunidade em choque, levada por um mar de lama. Sequelas permanentes para o ecossistema. A comoção diante das cenas de resgate e da dimensão da lama é real, mas passa e, depois, nada acontece. Nada de multas pagas, nada de indenizações, nada de prisões, nada de ajuda real para quem foi afetado. É assim com os atingidos por desastres ambientais, por balas perdidas, por quedas de avião, por incêndio em boate e por aí vai... Impunidade é mais causa do que consequência, pode apostar. O caso de Mariana só não foi esquecido por quem foi atingido e por quem tenta até hoje fazer justiça à comunidade e reparar os danos ao meio ambiente. O país seguiu sem pagar essa conta, apostando no esquecimento a eterna válvula de escape. Depois de Mariana, o que foi feito para evitar novos rompimentos? Quais medidas protetivas foram tomadas para salvaguardar a população e o meio ambiente? Você sabe responder a essa pergunta? Eu não. Para alguém aprender, é preciso ensinar. O Brasil não aprende porque poucos estão dispostos a educar. Educação exige limite, disciplina, lei, autoridade, seriedade, desprendimento de si próprio para focar no bem comum. Enquanto um cargo público, sobretudo o eletivo, for visto como uma mina de dinheiro e um balcão de negócios, não haverá aprendizado. Não foi a chuva nem a ira de Deus. Não foram as pessoas que ali trabalham ou que moram em Brumadinho. Se houve negligência, houve culpados, tanto quanto vítimas. O Estado precisa assumir sua responsabilidade, já que a ele compete outorgar, liberar, conceder, fiscalizar. Basta cumprir seu papel. Estamos esperando.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 27/01/2019****Seção: Opinião****Autor: Sacha Calmon (advogado)****Título: Inconstitucionalidade da taxa de fiscalização de recursos minerais**

Nosso ligeiro estudo adverte todos os estados e, em particular o Maranhão. Trata-se, na origem, do Projeto de Lei Ordinária nº 006/2015, de autoria do deputado estadual Max Barros, que prevê a instituição de taxa de fiscalização. Com base na redação final do projeto, são as seguintes as considerações sobre a natureza jurídica da TFRM — Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerais:

Trata-se de imposto ilegal disfarçado de taxa. Consoante o disposto no Art. 145, § 2º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), “as taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos”. Em complementação ao dispositivo, cite-se o Art. 154, I, também da CF/88. A União detém competência residual para instituir impostos não elencados na Constituição, desde que sejam não cumulativos e que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados na Lei Maior, jamais um estado ou município de nossa federação. Portanto, na origem, incompetência legislativa do estado do Maranhão.

Depois diz o Art. 4º do Código Tributário Nacional (CTN): “A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação”. Diante disso, definir a real natureza jurídica da TFRM é fundamental para verificar se o tributo é, de fato, uma taxa ou se, não obstante sua denominação, tem um imposto disfarçado, instituído por ente incompetente para tanto, eis que somente a União pode instituir novos impostos, sempre pela via da lei complementar, nunca por lei ordinária.

A classificação de determinado tributo como taxa depende de se identificar como fato gerador da obrigação tributária uma atuação estatal específica relativa ao obrigado e, ainda, que a base de cálculo dessa exação se preste a remunerar tal atividade. Vale dizer: nas taxas, apenas o custo do serviço deve ser o parâmetro a orientar a base de cálculo, conforme os princípios da pessoalidade e da moderação.

A base de cálculo eleita para a TFRM foi a tonelada de produto mineral extraído, ou seja, a cada tonelada do produto, o contribuinte deverá pagar R\$ 1,00 —

donde se infere que, quanto maior sua produtividade, maior será o valor da TFRM a ser arrecadada, ainda que em termos de fiscalização exija tanto quanto, ou até menos, que outro contribuinte que tenha menor produtividade. A base de cálculo da TFRM, longe de remunerar o serviço, se é que há serviço, leva em consideração a capacidade contributiva da pessoa autorizada a realizar pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento de recursos minerais, e não o custo da atividade estatal de fiscalização real, impossível a sua mensuração.

Com efeito, a atuação do estado, no caso limitada ao registro burocrático, acompanhamento e fiscalização das concessões de direito de pesquisa e exploração dos recursos minerais (Art. 23, XI, da CF/88), não se liga à produtividade do contribuinte. O custo da atividade estatal, mesmo estimada, é a base de cálculo.

De fato, não há como defender a relação entre a tonelada do mineral extraído (produtividade, expressão de capacidade econômica do contribuinte) à atividade estatal exercida (registro, acompanhamento e fiscalização). Em verdade, cria-se um imposto ilegal ad valorem sobre exploração minerária, tributada pelo ICMS (bitributação).

O inciso II do art. 145 delinea os pressupostos jurídicos para a instituição do tributo denominado taxa. Por primeiro, a pessoa política (União, Estado, Distrito Federal e Município) precisa possuir competência político-administrativa para prestar o serviço público ou praticar o ato do poder de polícia, que são os suportes fáticos das taxas (atuações do Estado relacionadas ao contribuinte, donde o caráter retributivo ou contraprestacional da exação).

Em segundo lugar, o ato de polícia e o serviço público devem ser específicos e divisíveis. O ato de policiar uma praça onde se realiza uma manifestação qualquer, para evitar distúrbios, não se presta, já se vê, para ser ato jurígeno no sentido de gerar a cobrança de uma taxa. Nem os serviços gerais das forças armadas em defesa da democracia e das instituições políticas, v.g., serviriam para basear a cobrança de uma taxa. Tais serviços são indivisíveis. Não se pode atribuí-los individualmente a uma pessoa, deles especialmente fruidora. De outro modo, quem solicita um passaporte, ou um alvará, ou uma licença, recebe parcelas individualizadas de serviço público. A taxa é devida.

Parece estranho tratar aqui de taxa do Maranhão. O problema é outro. Vários estados estão criando falsas taxas sobre recursos hídricos e minerais que são impostos lucrativos. Quiçá não incida Minas nesse erro fatal. Perderá nos Tribunais.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 27/01/2019**Seção:** Mundo**Autor:** Jorge Vasconcellos**Título:** Chavismo em xeque

Vinte anos depois de o tenente-coronel Hugo Chávez assumir pela primeira vez o governo da Venezuela, calcado em ataques a partidos tradicionais e na promessa de uma “revolução democrática”, seu herdeiro político, Nicolás Maduro, luta para conduzir uma nação à deriva. A contestação da legitimidade de seu segundo mandato e o respaldo internacional ao opositor Juan Guaidó, autoproclamado presidente encarregado, reduzem as chances de se reverter a deterioração política, econômica e humanitária, que se aprofunda a cada dia. O chavismo enfrenta a pior crise da sua história.

Ante o crescente isolamento internacional do regime, há o temor de que, entrincheirado no Palácio de Miraflores, Maduro intensifique a repressão aos adversários políticos e às instituições democráticas venezuelanas. Até então, o chefe de Estado tem se mostrado mais hábil em se manter no poder do que em estancar a sangria em seu governo.

“O aspecto mais negativo da crise da Venezuela é a deriva autoritária que pode provocar”, disse o chileno Pablo Isla Monsalve (leia o Duas perguntas para), professor de assuntos latino-americanos da Universidade de Leiden, na Holanda. “O baixo nível de legitimidade e de governança pode levar o chavismo à decisão desesperada de dismantelar ainda mais as instituições democráticas, a fim de manter a todo o custo o governo, aumentando os níveis de repressão”, acrescentou o estudioso, ao citar como exemplo as ofensivas de Maduro contra a Assembleia Nacional, o Tribunal Supremo de Justiça, o Conselho Nacional Eleitoral e o processo de eleições municipais.

Quanto ao futuro do país detentor da maior reserva de petróleo do planeta, as Nações Unidas estimam que 5,9 milhões de migrantes deixarão a Venezuela, fugindo da fome, da escalada de violência e da repressão. Nos últimos dois anos, 2,3 milhões de pessoas estavam fora do país. A título de comparação, 1,8 milhão de migrantes entraram em toda a União Europeia desde 2015.

Autoproclamação

Na última quarta-feira, em meio aos gigantescos protestos que tomaram as ruas da Venezuela para pedir a saída de Maduro, Guaidó — presidente da Assembleia Nacional (controlada pela oposição) — prestou juramento e se

declarou novo chefe do governo. Foi o desdobramento mais extremo da contestação generalizada da legitimidade do segundo mandato presidencial do chavista, conquistado, em maio do ano passado, em eleições boicotadas pela oposição e pela comunidade internacional, incluindo a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Grupo de Lima, em razão de suspeitas de fraudes.

Os próximos dias prometem ser de alta pressão contra Maduro, acusado pelos opositores de usurpar o poder, em um dos momentos mais dramáticos de sua administração. Uma das grandes incógnitas é até quando as Forças Armadas Nacionais Bolivarianas, o principal sustentáculo do governo, manterão a fidelidade ao chavista. Na semana passada, a cúpula militar reafirmou o apoio ao governo. No entanto, há importantes sinais de descontentamento na tropa, como a recente detenção de 27 militares envolvidos em uma frustrada tentativa de motim.

O jornal The Washington Post, citando um funcionário da inteligência americana, divulgou recentemente que o ministro da Defesa da Venezuela, Vladimir Padrino López, sugeriu a Maduro que renunciasse ou aceitasse sua própria demissão. Maduro também enfrenta deserções de alto nível. Christian Zepa, juiz do Tribunal Supremo pró-governo, fugiu para os Estados Unidos e denunciou o chavista. Durante entrevista em Orlando (Flórida), o magistrado classificou a eleição presidencial de maio como injusta e descreveu o governo de Maduro como “uma ditadura”. Também acusou o presidente de, frequentemente, aceitar ordens diretas de autoridades cubanas.

Pressão

Ao mesmo tempo, o recém-empossado presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, seguiu os Estados Unidos e assumiu uma posição dura contra Maduro. Dada a linha rígida adotada pela Colômbia, a Venezuela se espreme entre os poderes hostis e enfrenta o risco de novas e mais pesadas sanções. O Departamento do Tesouro dos EUA ampliou a pressão e acrescentou ex-funcionários venezuelanos à lista de sanções, ao citar sete pessoas e 24 entidades corporativas por um suposto esquema monetário que teria enriquecido a administração interna de Maduro.

Duas perguntas para Pablo Isla Monsalve, professor de assuntos latino-americanos da Universidade de Leiden, na Holanda

A “revolução democrática” de Hugo Chávez fracassou?

A ascensão da liderança de Hugo Chávez deve ser entendida em seu contexto histórico. O falecido presidente representava uma figura fora da elite política tradicional, que introduziu um discurso antioligárquico, anti-imperialista, que

exigia reformas sociais e democráticas. Ele prometeu uma transformação profunda da política. Sua Revolução Bolivariana, baseada no “socialismo do século 21”, se apresentava como um interessante contrapeso regional e geopolítico para a intervenção neoliberal, identificada com a política comercial e diplomática dos EUA. O carisma e seu discurso, a estratégia da mídia e a bonança econômica permitiram a legitimidade e a estabilidade do governo. Mas a liderança foi transformada em autoritarismo.

Quais foram as consequências disso?

Apesar de ter vencido 13 eleições e sofrido apenas uma derrota, as bases de apoio de Chávez começaram a experimentar as fraturas, críticas e desencantos no Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV). A mudança de comando, após a morte de Chávez, entronizado como um mito entre partidários, evidenciou a incapacidade política e administrativa de Maduro e produziu a crise aberta do chavismo. A hiperinflação, a repressão à oposição e à imprensa, a manipulação política das instituições, os escândalos de corrupção e o isolamento mais ameaçam a revolução democrática do que a continuidade do governo Maduro. (JV)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/01/2019

Seção: Mundo

Autor: Jorge Vasconcellos

Título: Petróleo e economia, receitas do desastre

Fatores como a desvalorização da moeda nacional, o bolívar; a queda acentuada do Produto Interno Bruto (PIB) per capita; a diminuição na produção de petróleo; e o aumento da mortalidade compõem o dramático perfil da Venezuela, 20 anos depois do advento do chavismo. Um cenário que começou a ser construído pelo ex-presidente Hugo Chávez, falecido em 2013, e concluído por seu sucessor no governo venezuelano, Nicolás Maduro.

Conhecido pela eloquência populista, Chávez via, como a melhor maneira de ajudar os pobres, a adoção de uma política de aumento de gastos governamentais e de estrangulamento dos mercados. As medidas lançadas pelo ex-militar incluíram a apropriação de empresas, o controle de preços, empréstimos vultosos e a demissão de gerentes da empresa estatal de petróleo (PDVSA) que não lhe deram apoio político.

Ao longo de 14 anos de governo, Chávez aproveitou o alto preço do petróleo em nível internacional para financiar desde políticas sociais à importação de quase tudo que era consumido na Venezuela. No entanto, em 2014, com

Maduro no poder, o preço do petróleo despencou, em grande parte, por conta da recusa do Irã e da Arábia Saudita — dois outros grandes produtores — a firmar um pacto pela redução da produção.

Desaceleração

Além disso, o país sofreu com a desaceleração da economia chinesa e com o crescimento, nos Estados Unidos, do mercado de produção de óleo e gás pelo método fracking (o fraturamento hidráulico de rochas). Além de receber menos dinheiro por seu principal produto, a Venezuela teve uma queda significativa na produção, o que sugere que erros de gestão foram cometidos pelo governo.

Quando Chávez assumiu pela primeira vez o país, em 1999, a produção era de mais de 3 milhões de barris por dia. Hoje, ela responde por 1,5 milhão, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) — o pior nível em 33 anos. A Venezuela produz, atualmente, menos petróleo do que extraía em 1950. O volume de barris per capita voltou aos níveis de 1920.

Para conseguir pagar credores internacionais que tinham emprestado dinheiro para a Venezuela, Maduro cortou importações, o que levou o país a sofrer com a carência de produtos básicos, como alimentos. Na tentativa desesperada de estancar a crise, o chavista promoveu desvalorizações inadequadas da moeda e adotou políticas públicas equivocadas, que acentuaram ainda mais a crise. O resultado foi uma hiperinflação que, segundo estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI), chegou a 1.000.000% em 2018. Para 2019, a estimativa é de ser 10 vezes maior.

A hiperinflação causou uma redução da renda, enquanto a pobreza aumentou de forma acentuada. Em 2017, o índice de pessoas na linha da pobreza atingiu 87%, um aumento de 40 pontos percentuais em três anos, de acordo com levantamento da Universidade Católica Andrés Bello.

1,5 milhão

Total de barris de petróleo produzidos diariamente pela Venezuela, metade do registrado em 1999

MME / ASCOM .